



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 09/X-4º/2012-13

1 - Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e treze, pelas 21H15, na Sede da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almada, sita na rua Cândido Capilé, nº 13, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de junho, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Pormenor da Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas - PPRUFC”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Desafecção de Parcela de Terreno, do Domínio Público Municipal com a área de 362 m², destinada a construção, sita em Quintinhas, freguesia Charneca de Caparica”.

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Áreas de Reabilitação Urbana”.

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Desafecção do domínio público para o domínio privado do Município”.

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal”.

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Abertura de procedimentos concursais para dois cargos de dirigente intermédio de 3º grau”.

3.9 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da Área de Reabilitação Urbana de Cacilhas”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Gabriel Guiomar Joaquim; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vitor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Armando de Jesus Barata; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Teresa Isabel Ralha da Costa Santos; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Miguel Ângelo Moura Salvado; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Fernando Jorge Amoreira Fernandes; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; António Abrantes de Almeida.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1 - O Sr. Presidente anunciou a justificação da falta do Sr. Deputado Municipal Manuel Maria Braga de Marques Gomes, ocorrida no passado dia 22 de abril, com registo de entrada nos serviços da Assembleia nº 1220/X-4º.

4.2 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

-O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com ausência no dia 28 junho de 2013, (Ent. nº 1433/X-4º), (**Conforme Anexo I**).

-O Senhor Deputado Municipal Hélder de Jesus Dias Viegas, com ausência no dia 28 de junho de 2013, (Ent. 1432/X-4º), (**Conforme Anexo II**).

-O Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com ausência no dia 28 de junho de 2013, (Ent. 1478/X-4º), (**Conforme Anexo III**).

-O Senhor Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com ausência no dia 28 de junho de 2013, (Ent. 1501/X-4º), (**Conforme Anexo IV**).

-O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com ausência no dia 28 de junho de 2013, (Ent. 1434/X-4º), (**Conforme Anexo V**).

-A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, com ausência no dia 28 de junho de 2013, (Ent. 1491/X-4º), (**Conforme Anexo VI**).

-O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 28 de junho de 2013, (Ent. 1492/X-4º), (**Conforme Anexo VII**).

4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Hélder de Jesus Dias Viegas e por impedimento da cidadã Sr.^a Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.^a Maria Amélia Nascimento Quaresma e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira (PEV), **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX, X, XI, XII e XIII)**.
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira e por impedimento da cidadã Sr.^a Margarida Santos Serafim, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV e XV)**.
- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Miguel António Alves Duarte e por impedimento do cidadão Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, da cidadã Sr.^a Luísa Andreia Jerónimo Fernandes e do cidadão Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVI, XVII, XVIII, XIX e XX)**.
- O Candidato Senhor José Joaquim Barradas Farinha, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento da cidadã Sr.^a Licínia Maria Barata Rafael e da cidadã Sr.^a Antonieta Pereira Vaz, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI, XXII e XXIII)**.
- O Candidato Senhor João Ricardo Lourenço Quintino, apresentado a sufrágio pela lista do PS e que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de junho, da eleita Sr.^a Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIV)**.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Almada, da Caparica, da Costa da Caparica e do Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respectivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor João Renato Caetano Montalvo, Senhor António Luís Baptista, Senhora Patrícia Rocha Brighenti e Senhor José Alberto Ferreira Durão, respetivamente, (**Conforme Anexos XXV, XXVI, XXVII e XXVIII**).
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se as faltas dos Senhores Deputados Municipais João Francisco Ludovico da Costa, Ana Marques Serra e Moura Salvado e Manuel Maria Braga de Marques Gomes e da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, Sr.ª Francisca Luís Baptista Parreira e não foi substituído o Sr. Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista.
- 4.5** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 1005/X-4º ao 1470/X-4º do Expediente Enviado do nº 551/X-4º ao nº 782/X-4º informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 26/X-4º/2012-2013, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 03/X-4º/2012-2013 (Período de 17 de abril a 26 de junho de 2013), das Atas Nºs 06/X-4º/2012-13, 07/X-4º/2012-13 e 08/X-4º/2012-13 e das Minuta das Atas Nºs 06/X-4º/2012-13, 07/X-4º/2012-13 e 08/X-4º/2012-13 para posterior aprovação e ratificação.
- 5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos e imediatamente encerrado por não haver inscrições para uso da palavra.
- 6** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1 - Foram aprovadas por unanimidade as Atas Nº^{os} 06/X-4º/2012-13, 07/X-4º/2012-13 e 08/X-4º/2012-13 e ratificadas as respetivas Minutas das Atas.

6.2 - Os Votos de Pesar, foram apresentados pelos Srs. Deputados Municipais Vitor Castanheira (Voto de Pesar pelo falecimento de Osvaldo de Castro) e Ricardo Louçã (Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Francisco Brissos de Carvalho).

6.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Osvaldo de Castro

Licenciado em Direito, ex-membro da Comissão Política Nacional do PS, Osvaldo de Castro, natural do Porto, participou na revolta estudantil em 1969, sendo um dos dirigentes da Associação Académica de Coimbra de então.

Foi deputado à Assembleia da República durante duas Legislaturas pelo PCP e por quatro Legislaturas pelo PS, tendo também exercido o cargo de Vice-presidente da bancada parlamentar do PS.

Ao longo de vários anos foi membro da CADA (Comissão de Acesso de Documentos Administrativos), organismo independente que funciona junto da Assembleia da República, durante 11 anos e foi Vogal da Organização de Segurança e Cooperação Europeia, de 2005 a 2011.

Osvaldo de Castro, que foi agraciado em 1999 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio, também presidiu à Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Vivia desde 1973 na Marinha Grande, onde foi advogado e Presidente da Assembleia Municipal durante mais de 20 anos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Foi Secretário de Estado do Comércio nos XIII e XIV Governos Constitucionais e é recordado por todos os que com ele conviveram como um homem de convicções, empenhado e dedicado ao seu trabalho.

Deixou-nos aos 66 anos, após doença prolongada.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em 28 de Junho de 2013, apresenta à família de Osvaldo Castro, as mais sentidas condolências.”

6.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Brissos de Carvalho

Faleceu no passado dia 19 de abril, no Hospital Garcia de Orta, o cidadão Brissos de Carvalho, prestigiado militar de abril e referência da ação contra o regime fascista.

Francisco Ramos Brissos de Carvalho, residente há longos anos em Almada, era natural de Cabeça Gorda, no Distrito de Beja, onde foi sepultado.

A sua carreira militar iniciou-se com a frequência do curso de infantaria na Escola do Exército (1954-1957), tendo feito a sua primeira comissão de serviço na ex-colónia da Guiné-Bissau.

No dia 01 de janeiro de 1962, então com o posto de tenente, integrou o movimento do assalto ao Quartel de Beja na tentativa de derrube do regime fascista que dominava Portugal.

Como a ação falhou, foi um dos presos da ditadura salazarista, foi também expulso das Forças Armadas e entregue à PIDE. Cumpriu cerca de quatro anos de prisão, não obstante ter sido julgado e condenado em dois anos e meio de pena.

Em dezembro de 2011, a poucos dias do quinquagésimo aniversário da Revolta Armada de Beja, os vinte e dois participantes sobreviventes dessa ação, entre os quais Francisco Brissos de Carvalho, evocaram publicamente a efeméride proclamando nomeadamente que:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Na realidade, o combate e a resistência contra a ditadura e o fascismo em Portugal, constituíram um processo histórico contínuo ao longo do séc. XX. Nesse processo insere-se a Revolta de Beja... porque aconteceu e ficou selada em sangue e morte. A sua importância e significado são-lhe conferidos pelo fluxo histórico no seu todo. Não foi um episódio isolado, fora do contexto da luta comum do povo português pela libertação de um regime ditatorial.

.....

Na sequência imediata da Revolta de Beja, eclodiu em março desse mesmo ano de 1962, a revolta estudantil de maiores proporções contra o regime; o 1º de Maio desse ano foi assinalado pelos trabalhadores e outros sectores da população com a maior força e amplitude de sempre. E o processo histórico continuou, já com a guerra colonial, por mais 12 anos, até 1974.

.....

A 50 anos de distância temporal, neste ensejo evocativo os abaixo-assinados sentem-se felizes por poderem afirmar que a Revolta Armada de Beja insere-se, com honra, no processo histórico de luta e resistência do Povo Português contra a ditadura e o fascismo.

.....

Resta portanto, aos resistentes sobreviventes da Revolta de Beja saírem em defesa da causa pela qual empenharam as suas vidas, que continua a ser a Causa da Liberdade pela Justiça Social, a qual, neste século XXI, corresponde a ser a Causa contra o retrocesso civilizacional, contra o neoliberalismo que retira todos os recursos da economia real para entrega-



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

los ao capital financeiro, avassalando o mundo e ameaçando o destino das gerações vindouras.”

Brissos de Carvalho também participou ativamente no processo revolucionário do 25 de Abril de 1974.

Em setembro de 1974 foi reintegrado nas Forças Armadas no posto de Major em igualdade com todos os demais oficiais do seu curso na Escola do Exército.

Foi nomeado Governador Civil do Distrito de Beja em pleno período revolucionário, tendo exercido essas funções entre 06 de outubro de 1974 e 12 de março de 1976.

Após a saída do Governo Civil de Beja foi colocado no Estado Maior do Exército, integrando o Gabinete do General Ramalho Eanes, exercendo funções designadamente no muito delicado domínio da Reforma Agrária.

Passou à situação militar de reserva em 1976.

Em 2006, no dia 25 de maio, em Sessão Solene no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Beja, o Coronel e Cidadão Francisco Brissos de Carvalho foi homenageado com a Medalha de Mérito Municipal Grau Prata.

Brissos de Carvalho foi um lutador pela liberdade e a justiça social, foi um cidadão ativo e interventivo e um homem generoso e solidário.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 28 de junho de 2013 delibera:

- Homenagear Francisco Brissos de Carvalho e o seu percurso de cidadão e militar, manifestando profundo pesar pelo seu falecimento.
- Apresentar sentidas condolências à sua Esposa, Filhos e demais Família enlutada.”

6.3 - Verificado o quórum e não havendo pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

6.3.1 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Osvaldo de Castro, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre, foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.3.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Francisco Brissos de Carvalho, foi aprovado por unanimidade.

6.3.3 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

6.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (apresentando Moção/saudação aos Bombeiros Voluntários de Almada) e os seguintes Senhores Deputados Municipais Carlos Revés (apresentado Moção/Deliberação sobre Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020), João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação sobre Arte Xávega), Cristina Coelho (apresentando Moção/Saudação a Luís Quinta - Natureza de Almada em alta definição), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Contra o encerramento de Estações e privatização dos CTT), Luís Filipe Pereira (apresentando Voto de Congratulação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade - Fundado em 28 de junho de 1947; Moção/Deliberação sobre Novo Regime Jurídico para as Autarquias Locais, normas inconstitucionais e Moção/Saudação à Greve Geral e a todas as lutas pelo derrube do Governo e da troika), Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação Pela manutenção do Passe Social na TST), Sérgio Taipas (apresentando Moção/Deliberação sobre Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal e Moção/Deliberação sobre Septuagésimo Aniversário das Lutas Operárias de 1943), Miguel Salvado, Luísa Ramos, Fernando Pena, José Joaquim Leitão, Luís Filipe Pereira, Sérgio Taipas e a Sr.^a Presidente da Câmara.

6.4.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal em representação da Mesa:

“Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação e Homenagem aos Bombeiros Voluntários de Almada

Por ocasião do centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada foi fundada em 26 de agosto de 1913, sendo seu principal impulsionador Tomé José de Oliveira e a primeira reunião de sócios foi realizada nesse mesmo dia no Salão da Associação dos Operários Tanoeiros de Almada, sita na rua Capitão Leitão.

Os Bombeiros de Almada comemoram assim neste ano de 2013 o centenário da sua gloriosa existência.

A Associação teve instalações provisórias na Associação de Tanoeiros no Posto Municipal de Incêndios, depois foram transferidos para a Quinta do Serras, junto à Cadeia e mais tarde tiveram o seu primeiro quartel nas ruas então denominadas Engenheiro Sá e Melo e Júdice Pargana.

Mas as instalações continuavam a não corresponder às exigências sempre crescentes do Concelho pelo que o sonho e ambição era terem um novo quartel sede da associação.

É assim foi com o apoio da Administração Central e da Câmara Municipal de Almada é construído o novo e atual quartel cuja primeira pedra é colocada em outubro de 1979 e o quartel, referenciado na altura como dos melhores a nível nacional, é inaugurado em 1983 acontecimento este de grande relevo local e nacional.

Lembremos neste momento homenageando-os, assim como a todos os demais Soldados da Paz, com e sem farda, que construíram a Associação, os Cidadãos nossos contemporâneos Comandante José Brás e Júlio José Ferraz mas também o Comandante em 1913, Raul Alberto Ferreira Flores e o fundador Tomé José de Oliveira.

A Associação Humanitária e o seu Corpo de Bombeiros tem uma vida gloriosa e exemplar pela sua ação solidária e interveniente na segurança de pessoas e bens, no socorro de quem necessita, justificando ser uma instituição reconhecida e prestigiada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

São cem anos de existência, servindo os grandes valores que moldam a história e são motivo de orgulho da comunidade almadense e do seu poder local.

A Assembleia Municipal de Almada por ocasião das comemorações do centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada e reunida em Sessão Plenária no dia 28 de junho, delibera:

Registrar o espírito de servir, o humanismo, a capacidade de amar o próximo, os grandes valores dos homens e mulheres, de cada homem e cada mulher que se empenhou e serviu os Bombeiros Voluntários de Almada.

Homenagear todos aqueles que ao longo de um século se entregaram com humildade ao ideal de vida por vida, à fraternidade, à ajuda ao próximo.

Agradecer reconhecida aos Dirigentes, aos Sócios, aos Bombeiros a sua ação altruísta, o seu empenho e desempenho em tão nobre e gloriosa instituição.”

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre a “Estratégia Nacional para o Mar 2013-202” - ENM 2013-2020

O documento apresentado pelo Governo sobre a “Estratégia Nacional para o Mar” é referenciado como “o instrumento de política pública que apresenta a visão de Portugal, para o período de 2013-2020, no que se refere ao modelo de desenvolvimento assente na preservação e utilização sustentável dos recursos e serviços dos ecossistemas marinhos, apontando um caminho de longo prazo para o crescimento económico, inteligente, sustentável e inclusivo, assente na componente marítima”.

O procedimento de discussão pública do documento, decorreu entre 01 de março e 31 de maio do corrente ano.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Neste contexto se pronunciou a Assembleia Municipal que aprovou uma Moção na sessão plenária do passado dia 18 de abril em que referencia de que “o município de Almada, com a sua frente marinha e ribeirinha, tem claramente interesse no desenhar de uma estratégia que concilie o desenvolvimento de atividades económicas, tais como a pesca, os desportos radicais, as atividades de recreio, que contribuam para o desenvolvimento económico do Concelho, com a preservação do património natural e ambiental”, deliberando reiterar a firme oposição à construção de um porto de contentores na Trafaria e exigindo ao Ministério da Agricultura e do Mar, Ambiente e Ordenamento do Território a realização em Almada de uma sessão de discussão pública da referida estratégia. (Deliberação publicitada através do Edital nº 78/X-4º e remetida a todos os Órgãos de Soberania incluindo o Ministério da Agricultura e Mar).

Também no contexto da fase de discussão pública se pronunciou a Câmara Municipal na sessão realizada no passado dia 22 de maio tendo por base o Parecer Técnico do Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável, pronunciando-se com a emissão de “parecer negativo relativamente à versão em discussão pública e reiterando as posições municipais anteriormente assumidas de total rejeição da instalação de um terminal de contentores na Trafaria, de exigência em se considerar a criação de infraestruturas de apoio à Pesca (Fonte da Telha, Trafaria, Cacilhas...) e ao Turismo, e de valorização do potencial do Arsenal do Alfeite na conceção, desenvolvimento e construção de embarcações militares, embarcações civis complexas, e de plataformas flutuantes, remetendo-o para os devidos efeitos à Direção Geral de Política do Mar como contributo do Município de Almada para o respetivo processo de consulta pública.

Da referida deliberação camarária importa registar nomeadamente que:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O documento do Governo (ENM2013-2020) apresenta uma natureza muito estratégica, optando por nunca designar as infraestruturas e obras marítimas a realizar, por exemplo portos de pesca, varadouros, terminais de cruzeiros ou portos comerciais, incluindo terminais de contentores.

É pois de estranhar a referência ao terminal de contentores na Trafaria, já que isso não acontece com nenhuma outra infraestrutura em concreto.

Esta menção é unicamente sustentada pelo Plano Estratégico dos Transportes, publicado em 2011, que "... prevê o estudo de viabilidade de um novo terminal de contentores na Trafaria, também com capacidade para a receção de navios do tráfego intercontinental...".

É pois lícito questionar porque razão a ENM2013-2020 ignora a ampliação do cais acostável para grandes navios porta-contentores (postpanamax e super postpanamax) do Porto de Sines, que ficará com uma extensão de 940 m e uma capacidade total de 1 milhão de TEU/ano. O Porto de Sines deveria operar em complementaridade com o Porto de Lisboa e não numa lógica de competição. É bem sabido o enorme logro financeiro que constituiu a construção de um Porto de Águas Profundas em Amesterdão, com uma capacidade para 1,2 milhões de TEU, que deveria operar em concorrência com o Porto de Roterdão. O Porto de Amesterdão, que entrou em funcionamento em 2001, acabou por encerrar em 2012, depois de 11 anos em que nunca se alcançaram as expectativas de mercado previstas.

Aliás, são citados como documentos de base e contributos válidos e atuais para a elaboração da ENM2013-2020, várias políticas e estratégias de âmbito europeu e nacional, que nada referem a esse propósito.

A ENM2013-2020 é pois enquadrada por este conjunto de documentos, merecendo referência particular o documento da Comissão Europeia para o sector marítimo "Crescimento Azul", que não dá relevância, em geral, ao desenvolvimento das atividades portuárias, por ventura devido



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

à oferta de infraestruturas portuárias para o transporte marítimo atualmente existente na Europa, que excede a procura a médio e a longo prazo, privilegia o turismo marítimo, sublinhando, por exemplo, que a procura mundial turística de destinos para a prática de surf e windsurf é atualmente de 10 milhões/ano e que se verifica um aumento anual de 500.000 praticantes/ano, particularmente relevante em Portugal. Também se verifica um crescimento muito substantivo do turismo de cruzeiros no Atlântico norte, constituindo Lisboa e Southampton 2 dos 10 maiores portos mundiais de cruzeiros.

Neste documento europeu é igualmente salientado que no Atlântico norte, são as indústrias do turismo e da pesca as maiores empregadoras do sector marítimo, e não as indústrias portuárias.

Esta é também a realidade em Portugal, como se pode observar na análise de alguns indicadores socioeconómicos relevantes, designadamente o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e o Emprego. Em 2010 o VAB gerado pelo sector do “Transportes Marítimos, Portos e Logística teve um peso de 36% para o VAB da economia do mar, embora tenha contribuído apenas em 19% na criação de emprego.

Ainda sobre as infraestruturas portuárias, a Câmara Municipal considera relevante a Comunicação “A sustainable future for transport” (DG TREN da Comissão Europeia, 2009) que define os principais corredores e autoestradas marítimos para o transporte de carga e passageiros.

Em Portugal são assinalados os portos de Sines e Leixões, mas não o de Lisboa, nem um possível terminal de contentores na Trafaria.

A visão da APL (2012) para o desenvolvimento do Porto de Lisboa, que entre outros objetivos, preconiza:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Desenvolver o transporte fluvial do Tejo, expandindo o raio de ação deste porto para a região norte, sendo ideal a construção de um terminal portuário capaz de servir de plataforma logística de Lisboa norte na zona de Castanheira do Ribatejo;
- Expandir e aumentar a capacidade do Porto de Lisboa, alinhando a doca de Alcântara com a doca contígua da Rocha Conde de Óbidos;
- Desenvolver um trabalho conjunto e mais articulado com o Porto de Setúbal.

Em 2012, portanto, a APL nada refere em relação à necessidade de construção de um mega terminal de contentores na Trafaria, ambicionando ao invés um terminal portuário na zona de Castanheira do Ribatejo.

Face ao exposto, a Câmara Municipal entende que deve ser retirada esta menção ao Terminal de Contentores da Trafaria da ENM2013-2020, em coerência com a abordagem às outras infraestruturas marítimas previstas, em planeamento ou em execução.

Por outro lado, a Câmara Municipal considera que a ENM2013-2020 é muito generalista e pouco ambiciosa em relação ao desenvolvimento do sector das pescas.

A ENM2013-2020 embora reconheça o “decréscimo do número de pescadores e de embarcações registadas” e “um consistente registo negativo na balança comercial portuguesa neste sector”, ao nível do seu plano ação, não prevê a implantação de quaisquer infraestruturas de apoio à pesca, ainda deficitárias em alguns locais do País, designadamente no Concelho de Almada (Fonte da Telha, Trafaria, Cacilhas, ...).

Desta forma será difícil inverter o declínio da frota nacional, que deve suportar um sector pesqueiro robusto e viável.

Quanto à dinamização do “Recreio, Desporto e Turismo”, considera a Câmara Municipal que os projetos previstos na ENM2013-2020 são manifestamente pobres e de pouco alcance (Clubes do Mar, Polos do Mar, Eventos Desportivos e Pesca Lúdica).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Merece ainda nota a abordagem incompleta da ENM2013-2020 à atividade de construção e reparação naval, que deveria ter merecido especial atenção e relevância nesta estratégia, se o objectivo fosse efetivamente inverter o seu declínio.

Para tal, teria sido fundamental mapear os ativos existentes e potenciais do País nesta atividade, designadamente o Arsenal do Alfeite. Estes estaleiros apresentam atualmente um know-how e experiência na conceção, desenvolvimento e construção de embarcações militares mas também de embarcações civis complexas, de pequeno e médio porte (50 a 70 m), de reconhecida qualidade a nível internacional. Têm também um trabalho inovador no domínio do desenvolvimento de plataformas flutuantes, para a instalação de turbinas eólicas e parques de aquacultura. A dinamização destes estaleiros constituiria pois uma oportunidade para angariar divisas no mercado internacional, com produtos de qualidade e competitivos.

Neste âmbito, a proposta de ENM2013-2020 também nada refere em relação à necessidade de construção e reparação de embarcações de fiscalização e patrulha da zona económica exclusiva de Portugal, cuja frota se encontra atualmente num estado obsoleto e com falta de manutenção, frota essa cuja operacionalidade é fundamental para o País exercer as suas funções de soberania.

Assim, é necessário alavancar estas atividades e valorizar o potencial do sector da construção e reparação naval em Portugal.

Finalmente entende a Câmara Municipal que tendo em atenção o propósito da ENM2013-2020 se impunha submeter este documento a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), dando assim cumprimento ao disposto no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho.

Em conclusão, a Câmara Municipal considera que a ENM2013-2020 em discussão pública apresenta debilidades técnicas e processuais, que resultam em incongruências e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desajustamentos face aos objetivos da estratégia europeia “Crescimento Azul”, na qual deveria assentar o documento em análise:

- Não responde aos cinco domínios estratégicos “Crescimento Azul”;
- A energia azul, a aquicultura, o turismo marítimo, costeiro e de cruzeiros, os recursos minerais marinhos, a biotecnologia azul;
- É manifestamente incipiente e insuficiente em relação aos sectores das pescas e turismo;
- Incorpora de forma não fundamentada e descabida a instalação de um terminal de contentores na Trafaria.

Entende assim a Câmara Municipal que a aprovação do documento, tal como enviado para discussão pública, com as debilidades técnicas e processuais apontadas, constituirá a perda de oportunidade para construir uma futura economia do mar consistente e inovadora, alicerçada em políticas e estratégias europeias, nacionais e locais, numa abordagem verdadeiramente integrada e transversal.

Nestes termos e enquadramento e tendo presente a versão de março de 2013 da “Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” apresentada pelo Governo, através do Ministério da Agricultura e do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território/Direção Geral de Política do Mar, a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 28 de junho de 2013, delibera:

1. Apoiar reforçadamente a deliberação camarária de 22 de maio de 2013 em que emite parecer negativo à versão em discussão pública da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e reitera posições municipais.
2. Protestar veementemente junto da Sr.^a Ministra Assunção Cristas pela recusa da realização em Almada de uma sessão de discussão pública, com as populações, as autarquias e agentes do desenvolvimento local, da Estratégia Nacional para o Mar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3. Reiterar por considerar determinantes para o desenvolvimento do Concelho de Almada da Região e das suas Gentes relativamente à “Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” o seguinte:

- 3.1. A rejeição da construção do Terminal de Contentores na Trafaria;
- 3.2. A necessidade de criação de infraestruturas de apoio e incremento da Pesca na Trafaria, Costa da Caparica/Fonte da Telha, Cacilhas e considerada a defesa e valorização da Arte-Xávega;
- 3.3. O incremento e promoção do sector de construção e reparação naval com a valorização do excelente e reconhecido potencial do Arsenal do Alfeite na conceção, desenvolvimento e construção de embarcações militares, embarcações civis complexas e de plataformas flutuantes para instalação de turbinas eólicas e parques de aquacultura além da reparação da frota da Marinha Portuguesa;
- 3.4. O pleno aproveitamento, valorização e dinamização do potencial turístico e de recreio da sua frente de mar e ribeirinha com aproveitamento, nomeadamente das potencialidades para os desportos de ondas, desportos náuticos, e Centro Internacional de Surf, levando em consideração os projetos do Programa Polis da Costa da Caparica e da Estratégia para a Costa da Trafaria;
- 3.5. A preservação dos recursos e dos ecossistemas marinhos e do património natural e ambiental na sua generalidade;
- 3.6. A consideração dos Projetos integrantes do Arco Ribeirinho Sul de que é parte integrante o Plano de Urbanização Almada Nascente - Cidade da Água na Margueira/Cacilhas, designadamente o Terminal de Cruzeiros, a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Marina e o Museu do Estuário do Tejo, tendo em vista o crescimento do “turismo marítimo costeiro e de cruzeiros”.

6.4.3 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Arte Xávega

A prática da pesca de pequena dimensão “Cercos e Alar para Terra”, conhecida como “Arte Xávega” é uma prática ancestral, específica e tradicional entre os pescadores portugueses, que se traduz numa atividade económica que conhece uma expressão muito significativa junto da comunidade de pescadores da Costa da Caparica/Fonte da Telha.

Centenas de famílias da Costa da Caparica encontram as suas fontes de rendimento, por isso as condições indispensáveis à sua sobrevivência, na prática da pesca com Arte Xávega, retirando daquela atividade os proventos que lhes permitem viver o dia-a-dia.

Praticada ao longo da costa atlântica entre Espinho e a Costa da Caparica/Fonte da Telha, é nesta localidade do nosso Concelho - a par da Praia de Mira - que a prática da pesca com Arte Xávega conhece uma expressão mais significativa e de maior dimensão nacional.

Em 7 de Janeiro do corrente ano de 2013 o Governo fez publicar a Portaria nº 4/2013 através da qual cria uma Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte Xávega, a qual reúne as entidades envolvidas e interessadas na pesca com Arte Xávega em torno de três propósitos essenciais:

- Proceder à elaboração de um relatório que identifique e quantifique a atividade da pesca com Arte Xávega, nomeadamente no que respeita à sua relevância económica, ecológica e social;
- Contribuir para o desenvolvimento e implantação de um plano de gestão a médio e longo prazo para este tipo de arte de pesca, incluindo a recomendação de propostas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para definição dos objectivos económicos, ecológicos e sociais de gestão da pescaria e regras de exploração do recurso;

- Avaliar anualmente a adequação das medidas implantadas e propor medidas de gestão e acompanhamento da pescaria.

Nesta Comissão de Acompanhamento foram incluídos, sem que se percebam no concreto os critérios utilizados, os Municípios de Espinho e da Marinha Grande em representação dos Municípios onde a prática da Arte Xávega ocorre e constituiu uma atividade económica e tradicional de significativa relevância.

A Câmara Municipal de Almada, através da sua Presidente, no momento em que tomou conhecimento da constituição e composição da Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte Xávega, solicitou à Diretora-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Recursos Marítimos a inclusão do Município de Almada naquela Comissão de Acompanhamento, invocando precisamente o quadro de importância e significado que aquela prática representa no nosso Concelho ao nível do todo Nacional.

Sabemos, através da documentação que a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada dirigiu a esta Assembleia Municipal, que aquela solicitação dirigida à Sr.^a Diretora-Geral foi considerada, tendo no entanto sido conferido ao Município de Almada apenas o estatuto de “observador” no âmbito dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento, situação que motivou uma exposição posterior ao Sr. Secretário de Estado do Mar, no sentido de solicitar a alteração da Portaria nº 4/2013 de modo a permitir a inclusão na Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte Xávega com o estatuto de pleno direito, de todos os Municípios onde a Arte Xávega se pratique, e que exprimam a vontade e intenção de nela participar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Entretanto, também a Assembleia da República, através de uma Recomendação ao Governo aprovada por unanimidade no passado dia 7 de Junho de 2013, expressou a necessidade do Governo institua um regime derogatório para a pesca com Arte xávega, promova o alargamento da rede de infraestruturas, e crie um regime de exceção que represente a garantia da possibilidade de venda do pescado do primeiro lanço de pesca (sem ter que ser rejeitado para o mar já morto, mesmo que seja pequeno), a possibilidade da venda direta em simples “cabaz de peixe”, a criação de novas lotas locais para a “Arte-Xávega” onde tal se revele necessário.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28 de Junho e 1 de Julho de 2013, delibera:

1. Reiterar a importância e o elevado significado social e económico que a prática da Pesca com Arte xávega assume no Concelho de Almada, em particular na Freguesia da Costa da Caparica, quer enquanto da atividade económica que possibilita a sobrevivência de centenas de famílias Almadenses, quer enquanto elemento do património cultural e social do Concelho de Almada e do País.
2. Sublinhar de forma muito positiva e com grande interesse a decisão da Câmara Municipal de Almada de solicitar a sua inclusão na Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte xávega criada pela Portaria nº 4/2013, de 7 de Janeiro, bem como as diligências posteriores no sentido dessa inclusão ser revestida de um estatuto de pleno direito e não mero “observador”.
3. Reivindicar ao Governo uma participação ativa do Município de Almada em todo o processo de melhoria das condições da atividade profissional e da vida dos pescadores que se dedicam à Pesca com Arte xávega, na extensão e na medida em que os termos da Recomendação ao Governo sobre esta matéria, aprovada pela Assembleia da República



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

no passado dia 7 de Junho de 2013, implicam necessariamente um acompanhamento muito próximo de todo o processo por parte dos Municípios no quadro das suas atribuições, responsabilidades e competências próprias definidas pelas Leis da República.

4. Saudar os Pescadores da Arte Xávega de todo o País, e os Caparicanos em particular, pela luta que vêm desenvolvendo em defesa da qualidade da sua atividade profissional e das condições para a sua própria sobrevivência, traduzida já de forma clara na publicação da Portaria nº 4/2013 e na aprovação da Recomendação ao Governo por unanimidade na Assembleia da República.”

6.4.4 - A Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Luís Quinta - Natureza de Almada em alta definição

Luís Quinta é um fotógrafo profissional de vida selvagem que, ao longo da sua carreira, tem captado imagens do mundo natural quer em Portugal, quer em diversos países do mundo. Foi homenageado pelo Governo Português em 2004 pelo seu trabalho relevante na imagem subaquática, sendo denominado um dos "Novos Heróis do Mar". É um dos mais prestigiados fotógrafos de natureza da atualidade. Ao longo dos 25 anos de carreira, publicou mais de um milhar de artigos, reportagens e trabalhos fotográficos na imprensa nacional e participou em inúmeros concursos de fotografia, onde obteve diversos lugares de destaque, vencendo vários prémios, como o primeiro prémio na categoria de “Reportagem Submarina” no “Festival Mundial de Imagem Submarina”, decorrido em França em 1993.

No âmbito das revistas de natureza, publicou imagens na BBC Wildlife Magazine, na Terre Sauvage, na Geo, entre outras. Colabora também com diversos museus e universidades, com destaque para o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e o Museu Nacional de História Natural.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Fundou e dirigiu a revista Mundo Submerso entre 1996 e 2007.

Tem exposto o seu trabalho em Portugal, e um pouco por todo o mundo, quer em exposições coletivas quer individuais, das quais já realizou 6 grandes mostras. Tem ainda lecionado fotografia, nos domínios do mundo subaquático e da vida selvagem. Em 2013, foi coautor do filme de história natural "Arrábida - da Serra ao Mar", uma peça chave na divulgação da Candidatura da Arrábida a Património Mundial e, atualmente expõe em Almada alguns dos mais fascinantes instantes naturais captados pela sua objetiva ao longo de um percurso profissional de 25 anos. Luis Quinta é um almadense, que cresceu e sempre viveu neste concelho, é conhecedor dos seus valores naturais que, ao longo dos anos, tem registado fotograficamente.

Porque apenas amamos e defendemos aquilo que conhecemos, a parceria entre a CMA e Luis Quinta, a partir da qual surge a exposição "Luis Quinta, 25 anos de fotografia" promove a preservação da biodiversidade e dos valores naturais, materializando algo que é também uma prioridade para a Câmara Municipal de Almada: contribuir para elevar a consciência ambiental da população almadense, sensibilizando-a para o esforço coletivo necessário para salvaguardar o património natural, ao nível local, mas também mundial.

A exposição, patente no Museu da Cidade e Parque da Paz até ao dia 12 de Outubro, está organizada em 2 núcleos: "Natureza em Portugal", onde é exibida uma seleção de fotografias tiradas por todo o território nacional, e o núcleo "Almada, entre o Mar e o Rio" que reúne uma coleção de extraordinárias imagens do património natural do Concelho de Almada. Exposições de qualidade maior, que vale a pena visitar, e cujo catálogo merecerá lugar de destaque em qualquer estante de biblioteca pública ou pessoal.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinário no dia 28 de Junho e de 2013, na sede da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almada, saúda o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fotógrafo Luis Quinta pelo seus 25 anos de carreira profissional, bem como a Câmara Municipal de Almada pela produção da exposição “Luis Quinta, 25 anos de fotografia”.

6.4.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Contra o encerramento de Estações e privatização dos CTT

A administração dos CTT tem vindo a desenvolver uma política de verdadeira destruição da rede de Estações dos CTT.

Desde janeiro de 2013 encerraram mais de 100 Estações em todo o país.

No concelho de Almada foram já encerradas duas, nas freguesias de Cacilhas e Feijó.

Logo que esta intenção foi transmitida aos Srs. Presidentes das respectivas Juntas de Freguesias, que mereceu desde logo o mais vivo repúdio, os eleitos nas Juntas informaram as populações e organizaram tribunas públicas junto das Estações de Cacilhas e do Feijó.

As ações realizadas foram muito participadas pelas populações locais e contaram com a adesão de vereadores da C.M.de Almada, representantes das ORT'S dos trabalhadores dos CTT, MUSP e de um Deputado na Assembleia da República, numa demonstração inequívoca de rejeição por tais medidas, mas também de compromisso de tudo fazerem para exigir a reabertura deste importante serviço público de proximidade, bem como lutar contra a privatização dos CTT.

A política de destruição de serviços públicos essenciais e fundamentais para a vida das populações está sempre ligada aos processos e intenções governamentais da sua privatização, com terríveis consequências, quer para os utentes, quer pelas implicações na destruição de milhares de postos de trabalho, impedindo que novos trabalhadores encontrem trabalho, necessidade reforçada pela atual calamidade do desemprego.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O encerramento de Estações dos CTT está, assim, intimamente ligada ao processo de privatização lançado pelo Governo, mesmo tratando-se duma empresa com mais de 500 anos de existência e sempre lucrativa.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 28 de Junho de 2013 decide:

- a) manifestar a sua discordância com os encerramentos das Estações dos CTT no concelho de Almada e no país;
- b) exigir do governo que suspenda de imediato o processo de privatização dos CTT;
- c) saudar a luta dos trabalhadores dos CTT e das populações contra a privatização e assim contribuir para a manutenção de tão importante serviço público necessário às populações.”

6.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A - Voto de Congratulação Ao Clube Desportivo da Cova da Piedade - Fundado em 28 de janeiro de 1947

Vencedor por duas vezes do Campeonato Nacional da III Divisão de Futebol em 1947/48 e 1970/71, esteve presente durante 14 anos nos Campeonatos da II Divisão e 9 anos na III Divisão. Foi diversas vezes Campeão Distrital da 1ª Divisão de Seniores, Juniores, Juvenis e Iniciados.

Além do Futebol e durante um número significativo de anos, também o Andebol foi prática desportiva no Clube tendo conseguido obter bons resultados.

Ao longo de muitos anos as atividades culturais e o ensino, até ao acesso a cursos superiores, tiveram um papel de destaque que muito contribuíram para a evolução de inúmeros Piedenses e outros moradores do Concelho de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No próximo ano desportivo verificar-se-á pela 1ª vez na história do Clube Desportivo da Cova da Piedade o facto de 3 equipas (Iniciados, Juvenis e Seniores) participarem nos Campeonatos Nacionais em virtude dos êxitos atingidos nesta época desportiva. A equipa sénior ascendeu à 2ª Divisão dos Campeonatos Nacionais, a equipa de Iniciados subiu também ao Campeonato Nacional e a equipa de Juvenis assegurou a manutenção.

Aumentam assim as responsabilidades para os atletas e também para a Direção, Órgãos Sociais e todos aqueles que têm colaborado na organização e concretização do apoio a todos os atletas do Clube.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária de 28 de Junho de 2013, delibera:

- Saudar a Direção do Clube Desportivo da Cova da Piedade e todos os Órgãos Sociais, atletas, treinadores e todos os colaboradores do Clube, pelos bons resultados obtidos fruto da dedicação, do trabalho e organização.

Manifestando o desejo de que todos os objectivos do Desportivo para a próxima época, sejam atingidos com êxito.”

B - Moção/Deliberação sobre Novo regime jurídico para as Autarquias Locais, considerado inconstitucional

A decisão do Tribunal Constitucional que considerou inconstitucionais normas do diploma que estabelecia um novo regime jurídico para as autarquias locais e um novo estatuto das entidades intermunicipais, constitui motivo de satisfação para os autarcas.

Tendo por base a Proposta de Lei nº 104/XII do governo, o documento já tinha merecido a discordância de inúmeros órgãos autárquicos, assembleias de freguesia e assembleias municipais, por afetar o núcleo essencial dos órgãos deliberativos e os princípios de independência e da especialidade das autarquias locais.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Recorde-se que o parecer da ANMP e da ANAFRE bem como as sugestões bem fundamentadas de muitas autarquias nunca foram tidas em conta pelo ex-ministro Miguel Relvas e demais governantes, pelo que o pedido de apreciação da constitucionalidade daquela lei teve o desfecho que a democracia exigia, a reprovação do diploma.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 28 de Junho de 2013, delibera:

- 1 - Congratular-se com a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Tribunal Constitucional sobre o estatuto das entidades intermunicipais;
- 2 - Manifestar a vontade de que sejam reforçadas as competências e os recursos das autarquias locais;
- 3 - Exigir o respeito pela autonomia do poder local.”

C - Moção/Saudação à Greve Geral e a todas as lutas pelo derrube do governo da troika

Fiel às imposições da troika, o governo PSD/CDS persiste em violar a legalidade e desrespeitar as decisões do Tribunal Constitucional. A sua recusa em pagar atempadamente o subsídio de férias na administração pública confirma uma atitude vingativa que só é possível com a cumplicidade do atual Presidente da República.

A decisão de cerca duma centena de autarquias, entre as quais o município de Almada de pagar o subsídio de férias em Junho demonstra que outro caminho é possível, apesar das dificuldades financeiras agravadas por uma política recessiva que fez disparar simultaneamente o desemprego e a própria dívida.

E o desastre económico e social ameaça não ficar por aqui. Em Julho, no início da oitava avaliação da troika, serão anunciados novos cortes de 4700 milhões de euros na saúde, na educação e na segurança social que provocariam dezenas de milhar de despedimentos, a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sobrecarga da população com novas taxas e impostos sobre as pensões, reformas e serviços essenciais, bem como o colapso de muitos destes serviços.

Esta política desastrosa tem enfrentado a resistência dos trabalhadores e da generalidade dos cidadãos que vivem os dramas do empobrecimento e do desemprego. A determinação dos professores em defesa da escola pública, contra o autoritarismo do ME e a mobilidade especial”, primeira etapa do despedimento, é um exemplo a seguir.

A Greve Geral de ontem, 27 de Junho, convocada pelas duas centrais sindicais CGTP e UGT e dezenas de sindicatos independentes, foi um momento de grande convergência de todas as formas de resistência popular à austeridade, em defesa dos salários e pensões e contra o aumento do horário de trabalho. Foi um “cartão vermelho” a este governo que será repetido e ampliado nas eleições autárquicas de 29 de Setembro próximo.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária de 28 de Junho de 2013, delibera:

1. Saudar a Greve Geral de 27 de Junho, cuja participação massiva dos trabalhadores e dos cidadãos, nas manifestações de solidariedade, foram demonstrativas do descontentamento crescente que existe na Sociedade Portuguesa em relação às políticas desastrosas do atual governo.”

6.4.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela manutenção do Passe Social na TST

A TST informou que a partir do próximo dia 01 de agosto deixará de aceitar os passes sociais intermodais, caso o Governo não cumpra com o pagamento das compensações em dívida referentes aos anos de 2011 e 2012. Esta dívida, dizem, ronda os 5,5 milhões de euros.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Esta intenção da Administração da TST demonstra que não está comprometida com o serviço público e utiliza os utentes como “escudo” contra o Governo. É uma chantagem inadmissível por parte da empresa que tem, precisamente desde 2010, reduzido significativamente horários e carreiras e aumentado os preços das tarifas.

A concretizar-se esta vontade, só possível com o acordo do Governo e da AMTL, prejudicaria fortemente a vida dos utentes dos passes multimodais e combinados, que vivem, trabalham e estudam no concelho de Almada e na Área Metropolitana de Lisboa, obrigando-os a comprarem pelo menos dois títulos de transportes, enfraquecendo a abrangência e a utilidade do próprio Passe Social Intermodal. Seria mais uma medida atentatória do direito à mobilidade e de afastamento das populações dos transportes públicos.

Igualmente visados são os trabalhadores quando a TST declarou ao “Setúbal na Rede” que “os postos de trabalho estão em causa”.

Com a criação do Passe Social Intermodal foi assegurado e consagrado o direito à mobilidade dos trabalhadores, dos jovens e dos reformados e pensionistas, através de uma oferta diversificada e abrangente, num sistema tarifário simplificado e a preços atrativos.

Neste contexto é necessário e urgente realizar ações de luta, envolvendo todos, utentes, trabalhadores e eleitos no poder local, em defesa do Passe Social Intermodal,

pelo que, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 28 de junho de 2013 reivindica do Governo que encontre as soluções adequadas para a manutenção da TST no sistema do Passe Social Intermodal.”

6.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A - Moção/Deliberação Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em 2005, a Assembleia Municipal de Almada aprovou um voto de pesar pelo falecimento e de homenagem a Álvaro Cunhal, no qual se afirma:

“Na nossa memória colectiva permanece o Homem de excepcionais qualidades humanas e cívicas.

A sua coragem, a sua coerência, o seu exemplo.

A sua honestidade intelectual, o seu modo profundamente ético de estar na política.

O seu combate, sempre interpretado no contexto da construção colectiva da intervenção, contra o fascismo, pela liberdade e pela democracia, pelas transformações da Revolução de Abril no sentido de uma sociedade mais justa, livre da exploração, a caminho do socialismo e do comunismo.

A sua luta de uma vida, que quis ao lado e ao serviço da classe operária, dos trabalhadores e do povo.

A sua convicção na possibilidade e na necessidade da continuação dessa luta.

O seu profundo Humanismo.”

Ao longo de 2013, decorrem as Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, sob o lema “Vida, Pensamento, Luta: exemplo que se projeta na atualidade e no futuro”, tendo por objectivo a valorização do seu percurso, obra, atividade e exemplo, indissociáveis da causa pela qual lutou e a consideração do pensamento e do legado que deixou como um elemento da maior importância e atualidade.

Militante e dirigente comunista, Secretário-geral do Partido Comunista Português, com uma vida inteiramente dedicada à luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, Álvaro Cunhal foi construtor determinante do PCP e da sua consolidação como partido revolucionário, sendo reconhecida a enorme relevância do seu contributo para a elaboração da estratégia e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da tática do Partido, quer na orientação das lutas contra o fascismo, quer durante o processo revolucionário e na defesa da democracia, das liberdades e das conquistas de Abril. Sendo um dos mais consequentes lutadores pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo e comunismo, ocupando um lugar único na luta pelos valores da emancipação humana, Álvaro Cunhal desempenhou um papel privilegiado na contribuição para o fortalecimento do movimento comunista internacional, de que foi um dos mais prestigiados dirigentes, no combate ao imperialismo, na luta pela emancipação dos trabalhadores e dos povos, no apoio aos movimentos de libertação nacional, em particular os das ex-colónias portuguesas e no desenvolvimento da luta pela paz.

As comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal visam o conhecimento, análise e compreensão de um legado construído por um pensamento teórico em permanente dialéctica com a ação, cujos métodos e critérios representam a base teórica e ideológica dos comunistas, o marxismo-leninismo, e o seu desenvolvimento e aplicação criadora às condições concretas da sociedade portuguesa e do mundo.

Pela tenacidade, abnegação e coragem raras, pela recusa de privilégios pessoais, por ter assumido sempre uma vida dedicada aos interesses dos explorados e oprimidos, pela resistência a provas terríveis, à clandestinidade, a longos anos de prisão, tortura e isolamento, Álvaro Cunhal é um exemplo ímpar de integridade e humanismo, sempre presentes também nos vínculos da intervenção política com a criação artística (no desenho e na pintura) e com a literatura (no romance e no conto) a par de uma reflexão sobre a estética e a criação cultural nos contextos de relação do artista com a sociedade.

Nas comemorações do centenário de Álvaro Cunhal, o homem, o comunista, o intelectual e o artista são inseparáveis.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

«O nosso ideal, dos comunistas portugueses, é a libertação dos trabalhadores portugueses e do povo português de todas as formas de exploração e opressão.

É a liberdade de pensar, de escrever, de afirmar, de criar.

É o direito à verdade.

É colocar os principais meios de produção, não ao serviço do enriquecimento de alguns poucos para a miséria de muitos mas ao serviço do nosso povo e da nossa pátria.

É erradicar a fome, a miséria e o desemprego.

É garantir a todos o bem-estar material e o acesso à instrução e à cultura.

É a expansão da ciência, da técnica e da arte.

É assegurar à mulher a efetiva igualdade de direitos e de condição social.

É assegurar à juventude o ensino, a cultura, o trabalho, o desporto, a saúde e a alegria.

É criar uma vida feliz para as crianças e anos tranquilos para os idosos.

É afirmar a independência nacional na defesa intransigente da integridade territorial, da soberania, da segurança e da paz e no direito do povo português a decidir o seu destino.

É a construção em Portugal de uma sociedade socialista correspondendo às particularidades nacionais e aos interesses, às necessidades, às aspirações e à vontade do povo português - uma sociedade de liberdade e abundância em que o Estado e a política estejam inteiramente ao serviço do bem e da felicidade do ser humano.

Tal sempre foi e continua a ser o horizonte da longa luta do nosso Partido.»

Álvaro Cunhal, *O Partido com Paredes de Vidro*

A Assembleia Municipal de Almada:

1. Integra-se nas Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, homenageando o seu legado de vida, pensamento e luta, que se projeta na atualidade e no futuro dos trabalhadores e dos povos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Recomenda à Câmara Municipal de Almada que considere o nome de Álvaro Cunhal na toponímia da cidade.”

B - Moção/Deliberação sobre Septuagésimo Aniversário das Lutas Operárias de 1943
Evocação e Homenagem

Assinalam-se setenta anos das greves de 1943, que decorreram entre 26 de Julho e 5 de Agosto e constituíram um ponto culminante das lutas operárias e camponesas que abalaram o fascismo na primeira metade dos anos quarenta (sobretudo 1942 - 1945), com a Margem Sul do Tejo por epicentro, um papel de grande relevo desempenhado pelo Concelho de Almada e uma fortíssima e determinante participação das mulheres, pela primeira vez protagonistas de lutas desta dimensão.

A causa próxima destas lutas foi a questão alimentar, a miséria e a fome que alastravam pelo país. O saque de matérias-primas e de bens alimentares para fornecimento das potências fascistas durante a guerra agravou as condições de subsistência da população portuguesa, acentuadas pelo açambarcamento, provocando grande escassez de géneros essenciais, coexistente com a corrupção e o mercado negro que inviabilizavam o seu acesso às camadas pobres. A par desta situação, ocorrem congelamentos de salários, o aumento do número de horas de trabalho, legislação gravosa sobre os abonos de família, o pagamento de horas extraordinárias obrigatórias abaixo dos 50%, causando uma situação generalizada de pobreza entre as classes trabalhadoras, que a tardia medida governamental de criação de “convenções colectivas de trabalho”, igualmente gravosas e inaceitáveis, em nada atenuou.

Ao contrário das greves de 1942, o Movimento de Julho-Agosto de 1943 foi preparado, desencadeado, organizado e dirigido pelo PCP, assumindo como meios de ação as greves nas principais fábricas da Margem Sul do Tejo e Lisboa, marchas da fome, manifestações de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

rua e luta pelo acesso a géneros alimentares de primeira necessidade, que haviam sido açambarcados, envolvendo cerca de cinquenta mil operários e operárias.

Estas lutas tiveram início a 26 de Julho, quando os operários e as operárias das fábricas de cortiça de Almada deram início àquela que viria a ser a maior greve geral até à data contra o regime salazarista. A greve estendeu-se no dia seguinte às fábricas da CUF, no Barreiro, à fábrica de cortiça da Mundet, na Amora, aos estaleiros da Parry & Sons, em Cacilhas, e a Lisboa, com a paralisação dos estaleiros da CUF, as oficinas das duas companhias de navegação e as metalúrgicas e generaliza-se amplamente a outros sectores da indústria - química, têxtil, construção naval, alimentar, metalomecânica e outras. O Barreiro é ocupado militarmente, os confrontos de rua chegam também a Setúbal, Évora, Elvas, Estremoz e, na ponta final, ao norte do país, com paralisação em São João da Madeira e manifestações no Porto, Braga, Guimarães, Chaves e outras localidades.

Tal como no Barreiro, em Almada as greves têm uma adesão sem precedentes. Num clima generalizado de fábricas em greve e militarmente ocupadas, cargas de rua e prisões indiscriminadas, as mulheres, na sua maioria operárias, encabeçam a marcha da fome, confrontam-se com a polícia e a GNR, arrastam para uma greve geral toda a indústria, obrigam ao encerramento do comércio, são agredidas com violências e muitas dezenas presas.

A repressão é brutal. As fábricas ficam sob jurisdição do Ministério da Guerra e são encerradas. Todas as greves devem ser comunicadas pelos patrões, assim como as listas nominais dos grevistas, que são despedidos e presos em massa. A reabertura das fábricas carece de autorização superior e com admissão de novos trabalhadores em substituição dos despedidos; é imposta a limitação de pessoal nas fábricas consideradas perigosas; nos casos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em que a produção não pode parar, legionários substituem os operários, avança a ameaça de incorporação militar e deportação dos grevistas presos e não readmitidos.

O Movimento de Julho-Agosto de 1943 foi o ponto mais alto da agitação social e da luta contra o fascismo durante o período da guerra, quer pela importância dos sectores paralisados, quer pela área envolvida, provocando evidente abalo, crescente isolamento e desagregações no campo do fascismo.

A criação da “Intendência Geral de Abastecimentos”, algumas medidas de organização de racionamento de bens e concessões pontuais constituíram magro pecúlio de ganhos imediatos, mas muito mais significativo foi o fortalecimento da organização, da unidade e do espírito de luta no campo da classe operária (novas e expressivas greves em Maio de 1944). Esta situação contribuiu para impulsionar e alargar o movimento de unidade antifascista (criação do MUD e do MUNAF) e para o recrudescimento de formas de protesto e lutas pela liberdade e pela democracia, que eclodiram na fase terminal da 2ª Guerra Mundial e no período que se lhe seguiu, neste longo caminho de resistência.

Hoje, quarenta anos depois de Abril, vivemos no nosso país um tempo de retrocessos históricos e civilizacionais, até há pouco impensáveis no Portugal democrático, que impõem o desemprego e a precarização acelerados, fortes reduções salariais e de pensões, fim de contratos colectivos, aumentos arbitrários das horas de trabalho, despedimentos em massa, afrontamentos sistemáticos à legalidade constitucional e democrática, perdas generalizadas dos direitos e liberdades dos cidadãos em geral, acentuar das injustiças, desigualdades e formas de exploração. No combate a esta situação e pela exigência de alternativas políticas que retomem os caminhos de Abril têm sido essenciais as constantes e crescentes lutas dos trabalhadores, de que foi elevada expressão a greve geral de ontem, dia 27. Poderemos afirmar que, em contexto e horizonte obviamente diversos, permanece atual a consigna de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1943: “Unidade da Nação Portuguesa na Luta pelo Pão, pela Liberdade e pela Independência”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 28 de Junho de 2013:

1. Evoca e homenageia as lutas operárias de 1943, afirmando a sua expressão e importância no longo caminho da resistência antifascista e na dura luta contra a fome e a exploração, pelos direitos do trabalho, pela liberdade e pela democracia.
2. Reconhece e saúda o papel determinante e insubstituível das lutas dos trabalhadores no combate a todas as formas de exploração e opressão e na conquista e defesa dos direitos humanos em geral.
3. Reafirma a necessidade da continuidade e aprofundamento dessa luta para exigir no Portugal de hoje uma mudança de governo e de política, que devolva o respeito pela dignidade do trabalho, a justiça social, os rumos da igualdade e recupere os caminhos da liberdade, democracia e independência nacional que Abril abriu.”

6.4.9 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD), solicitando um intervalo para análise dos documentos, que foi concedido.

6.4.9.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD) no uso da palavra no debate:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Antes de mais, depois de uma análise cuidada dos documentos, gostaríamos de falar sobre duas situações, tem a ver exatamente com a Moção contra o encerramento das estações e privatização dos CTT, que depois de uma análise cuidada, pedíamos à CDU se fosse possível a votação por pontos, da parte deliberativa.

Dos três pontos da parte deliberativa se fosse possível agradecíamos para que possamos votar em consciência.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E ainda em relação à Moção do Passe Social da CDU, que tem a ver com a manutenção do próprio passe social, dizer o seguinte, isto é um processo que já se arrasta há muitos anos, esta situação muitas vezes deficitária dos pagamentos às empresas de transportes e a própria divisão do bolo de cada uma em função do tráfego e da disponibilidade e dos cidadãos que acabam por transportar e sabe-se que neste momento isto é um processo que está em estudo e está em evolução. Inclusive há a perspetiva do atual Governo de poder estender o passe social a todo o país e não unicamente à Área Metropolitana de Lisboa e do Porto como atualmente acontece. Obviamente por ser um processo complicado e um processo em que envolve vários operadores públicos e privados cada um com características diferentes, custos diferentes, inclusive com utilizações totalmente diferentes, não é um processo que esteja fechado, não é um processo que se possa ter uma única visão, como tal nós vamos abster nesta Moção, mas gostaríamos de deixar esta nossa justificação, porque pela importância deste processo e por não estar fechado e porque sabemos que o próprio Governo está a estudar este mesmo assunto.

Para terminar, em relação a outra Moção da CDU de comemoração do centenário de Álvaro Cunhal. Gostaríamos de dizer o seguinte, divide-nos muitas diferenças ideológicas e de pensamento político, no entanto não podemos deixar de realçar a convicção com que Álvaro Cunhal no acreditar que ele colocou sempre até ao último dia da sua vida nas suas convicções e aquilo que ele entendia na sua perspetiva ser o melhor para Portugal e para os portugueses. Não temos qualquer problema e até saudamos a comemoração do centenário de Álvaro Cunhal, era uma pessoa que realmente não só era um bom político, como era um artista e como era uma pessoa muito dedicada à cultura e que sabia dentro dos seus ideais obviamente pensar o Portugal do tempo dele e o Portugal futuro. No entanto, gostaríamos de dizer o seguinte, nesta Moção, no segundo ponto da parte deliberativa pede-se à Câmara



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Municipal que considere o nome de Álvaro Cunhal na toponímia da Cidade, concordamos, realçamos que curiosamente de tantos nomes que muitas vezes nós temos nas nossas ruas e na toponímia das nossas ruas que muitas vezes gostam de apelidar como grandes lutadores antifascistas, este nós sabemos quem realmente é e conhecemos o seu trabalho, e é um trabalho notável, no entanto não gostaria de deixar de lembrar à Câmara Municipal que há oito anos atrás foi votado aqui nesta Assembleia uma Moção igual, que passou na Assembleia e que previa e que pedia e que foi aprovado o nome de Francisco Sá Carneiro exatamente nos mesmos moldes em que Álvaro Cunhal está neste momento a ser proposto. E na altura foi aprovado e ainda não foi cumprido. Gostaríamos de deixar em ata, que temos a certeza que essa promessa com esta promessa com esta Câmara ou com qualquer outro tipo de Executivo vai ser de certeza absoluta respeitada porque somos pessoas de palavra e até foi uma Moção que foi votada inclusive por todos os outros partidos incluindo o PS, o Bloco de Esquerda, penso que sim que também estava cá na altura, penso que o CDS na altura é que não tinha nenhum representante, no entanto foi votada, foi aprovada e isso é que é importante, e gostaríamos de reiterar isso mais uma vez, porque gostaríamos que a nossa Cidade pudesse homenagear aqueles que independentemente das suas convicções políticas dentro da sua visão lutaram realmente pelo Portugal que acreditavam e pela ideologia que acreditavam. E acho que é nesta pluralidade de ideias e de pensamentos que podemos ser cada vez mais uma cidade inclusa e uma cidade participada por todos.”

6.4.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

É para responder ao Sr. Deputado do PSD, nós não vamos aceitar divisão dos pontos deliberativos dos CTT, porque consideramos que não se pode separar o que está ligado. Isto



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

é, a privatização dos CTT é que é a causa do encerramento das estações, e portanto não podemos aceitar esse seu pedido.”

6.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar salientar o relevo dos temas que nos são trazidos nos dois primeiros documentos, o relevo para o Concelho, o relevo para o País naquilo que é a relação de Almada com o Mar, verdadeiro núcleo estratégico que infelizmente durante tantas décadas foi pouco olhado, pouco aproveitado, pouco conseguido. Mas é bom vermos que a propósito da Estratégia Nacional para o Mar surgem aqui ideias importantes para o Concelho de Almada e que não queria deixar de salientar.

Em segundo lugar não resisto a uma pequena apreciação do documento do Bloco de Esquerda sobre a Greve Geral, porque há aqui uma coisa que me deixa perplexo.

O documento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 26, a greve foi no dia 27, mas ainda assim o Bloco de Esquerda fala da participação massiva dos trabalhadores e dos cidadãos e de manifestações de solidariedade.

Eu só queria pedir que partilhassem se calhar com os outros grupos essa bola de cristal que têm e que permite fazer a antecipação daquilo que vai acontecer no dia seguinte, poderá ser útil também aos outros partidos na sua análise política.

Em terceiro lugar uma palavra sobre a Moção que nos é apresentada relativamente ao Dr. Álvaro Cunhal.

Em primeiro lugar queria fazer um ponto de situação relativamente a outras questões que foram trazidas a esta Assembleia. O CDS durante estes anos propôs três homenagens da cidade, uma delas a D. Sancho I no seu relevo histórico, a atribuição da Medalha da Cidade à Sr.^a D. Maria Adelaide de Bragança e a proposta de inclusão do Dr. Adelino Amaro da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Costa na toponímia do Concelho. As três propostas foram rejeitadas pela maioria da CDU. Ponto de situação.

O Dr. Álvaro Cunhal pode ser de facto aquilo que o Deputado Miguel Salvado falava, um homem de grande coerência se quiser, mas eu recordava aqui as palavras de Emídio Guerreiro, porque ele diz, o facto de ser coerente com um bandido como era Estaline, não beneficia em nada a personalidade de Cunhal. O problema é esse, o problema é que era uma coerência com ideias que no nosso entender eram profundamente erradas. E o Dr. Álvaro Cunhal não nos podemos esquecer tentou substituir um regime autoritário por outro autoritário só de inspiração soviética. Aliás, a União Soviética a quem ele prestou inestimáveis serviços. E portanto isto não pode ser esquecido neste momento. O Dr. Álvaro Cunhal com todo o seu percurso político, e compreendo que o Partido Comunista encontre aí motivos de celebração e de homenagem, mas em meu entender não é um vulto grande da democracia, porque precisamente ele tinha muito pouca estima pela democracia. E mais se resignou a ela do que lutou por ela. E portanto por esta razão não será possível de todo associarmo-nos a isso e votaremos contra a proposta.”

6.4.12 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uso da palavra para anunciar que o Grupo do Partido Socialista vai aprovar todos os documentos que estão em presença e relativamente a eles gostava de fazer alguns comentários, não relativamente a cada um deles, mas relativamente a três deles.

Um primeiro comentário relativamente ao documento apresentado sobre a Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020.

Esta matéria já foi suscitada anteriormente na Assembleia Municipal e na Câmara, há uma grande convergência relativamente às questões essenciais e penso que o interesse de Almada



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nesta matéria justifica que no essencial se mantenha essa convergência. Gostava de assinalar porque é também um aspeto muito importante para Almada e para a Trafaria, o que é referido relativamente ao projeto Porto de Contentores. Penso que Almada não pode aceitar o que se pretende ali fazer, faz todo o sentido, é um imperativo político e ambiental recusarmos a construção de um porto de contentores ali naquele sítio e não é demais lembrarmos hoje outra vez essa matéria e fazermos ouvir de facto com clareza a defesa dos interesses de Almada.

Um segundo comentário sobre a Arte Xávega. A Arte Xávega é uma técnica de pesca muito importante, faz parte da tradição e da cultura de várias localidades portuguesas, é muito importante na Costa da Caparica e a pesca pode ter uma importância reforçada na economia do Concelho, e portanto também é importante sublinhar essa matéria e sublinhar também o empenho que a defesa da Arte Xávega tem recolhido junto da população da Costa da Caparica e dos autarcas da Costa da Caparica que se têm batido de forma denodada e também deve ser entendida a votação desta Moção como uma homenagem a quem se tem batido por ela.

Uma terceira nota sobre o encerramento das estações dos CTT. O encerramento dos serviços de proximidade é uma realidade muito negativa do Portugal atual, é uma realidade contra a qual nós nos temos batido e nos devemos continuar a bater, e portanto associamo-nos a esta Moção com todo o gosto. Gostava no entanto de paralelamente sublinhar um aspeto. Para além destes postos dos CTT que são aqui referidos, outros houve que estiveram na eminência de fechar, de encerrar e nomeadamente na Trafaria que mantem o serviço de correio por iniciativa da Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia numa situação em que a população ia ficar privada de um serviço essencial, chegou-se à frente e assegurou esse



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

serviço à população. E portanto eu queria também deixar aqui uma homenagem à Junta de Freguesia da Trafaria que soube defender de forma exemplar os interesses da população.

Finalmente, não era para falar, mas já que a questão foi suscitada, gostava de fazer alguns comentários relativamente à Moção sobre as comemorações do centenário de Álvaro Cunhal. Álvaro Cunhal é um personagem incontornável do século XX português, é um personagem que marcou a nossa história, que marcou a nossa política, que obviamente criou grandes crispações na sociedade portuguesa, como todas as personalidades marcantes das várias épocas, e terá obviamente muitos apoiantes e de muitos extratos, mas é um vulto de uma importância tal do ponto de vista político e do ponto de vista cultural que não pode ser ignorado e que faz bem à cultura e também ao ambiente político evocar e reconhecer e respeitar aqueles que tiveram uma postura exemplar do ponto de vista do envolvimento e da combatividade, mesmo que do ponto de vista dos princípios tenham defendido princípios que não coincidem exatamente com os nossos, porque a democracia também vive muito disso, da capacidade de aceitar e de conviver com a diferença. E portanto Álvaro Cunhal merece o nosso respeito e por isso também deve ser recordado aqui e deve ser contemplado na toponímia de Almada, como já aconteceu por exemplo relativamente ao Município de Lisboa.”

6.4.13 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma breve resposta ao Sr. Deputado Fernando Pena que utilizou o seu sentido de humor questionando sobre que tipo de bola de cristal o BE tem que a 26 de junho já sabia que dia 27 haveria uma grande adesão à greve geral e que isso motivaria o surgimento de manifestações de solidariedade para com os trabalhadores em greve. É uma bola de cristal que eu tenho já há uma quantidade de anos. Tendo em conta o descontentamento dos trabalhadores e a forma como eu me relaciono com muitos deles, saber o seu



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

descontentamento e a sua vontade de lutar contra a atual situação era de prever que a manifestação ia ter uma grande participação e que surgiria naturalmente manifestações de solidariedade. A nossa bola de cristal é a mesma que nos permite temer pelo futuro dos trabalhadores e trabalhadoras portuguesas que verão a sua vida cada vez mais complicada durante a vigência do atual Governo, sobretudo pela participação do CDS neste Governo, que já mostrou a sua capacidade de dizer uma coisa e fazer outra completamente diferente, e isto tudo em desabono daqueles que são mais desfavorecidos no nosso país.”

6.4.14 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas uma pequeníssima nota para deixar claro duas ou três coisas.

A dignidade e a integridade e a ética de Álvaro Cunhal não têm mácula e não podem ser conspurcados por nenhum tipo de discurso, em nenhuma situação. O que nós tivemos no passado foi inequivocamente, e todos os portugueses o reconhecem que Álvaro Cunhal combateu de forma denodada pela democracia e contra o fascismo. No passado tivemos este combate da democracia contra o fascismo. Hoje o que temos aqui é apenas a dignidade contra o saudosismo e contra os fantasmas. Uma vez mais vai ganhar a dignidade.”

6.4.15 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma palavra primeira de saudação aos vultos maiores desta Casa José Ferraz, Júlio Ferraz, Ludgero Brás, estamos numa casa de gente de vulto, de gente boa, de gente grande que nos orgulhamos sempre de exaltar.

Deixar duas notas apenas, uma relativamente ao topónimo que foi decidido nesta Assembleia para ser atribuído o nome do Dr. Francisco Sá Carneiro, é uma questão que já várias vezes tem sido falada e sempre tem sido respondida, tínhamos relativamente a esta questão a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

solução da Alameda que veio a ser batizada como Alameda Cidade da Costa da Caparica, por proposta da Junta de Freguesia e no âmbito do Polis da Costa da Caparica, já tenho dito várias vezes, que há várias vias com grande importância e de facto o importante é que elas tenham viabilidade porque existem condições naquele território para que a Câmara, o Município cumpra a decisão da Assembleia Municipal que também na altura fez essa sugestão no sentido de se poder pensar naquele território.

Depois queria deixar nota que em relação à Estratégia do Mar, em relação ao Mar, o Município de Almada não tem competências no Mar, mas sempre tem tido uma intervenção bastante séria e com propostas e trabalho sobre este território abrangido pelo mar e sobre o Plano da Água e tem trabalho muito profundo, cientificamente comprovado nestas matérias. De facto o que não presta é a Estratégia do Mar. A Estratégia do Mar é que não tem ideias. Nós nesta apreciação que fizemos do documento que esteve em discussão pública, enfim de uma forma sucinta, mas não deixamos de apontar o dedo às fragilidades que o documento tem, e tem muitas fragilidades. É de facto um documento da responsabilidade do Governo, mas da área do Ministério do Mar, naturalmente sob a tutela do CDS, e é um documento muitíssimo insuficiente para aquilo que é a potencialidade de desenvolvimento que o mar constitui para o nosso País. Portanto, diz-se na Moção que se transcreve o que consideraram os aspetos mais relevantes, mas juntam-se de facto ideias que têm a ver com planeamento estratégico feito no nosso Concelho. Era apenas esta nota. Fala quem sabe e quem tem trabalhado sobre o território.”

6.4.16 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma pequeníssima questão, não vá haver aqui uma confusão acerca do seguinte, não sei se percebo bem da posição do CDS que diz que em Almada não existe e propuseram o nome



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de uma rua com o nome de D. Sancho I. Nós quando vimos da rua Cabo da Boa Esperança, chegamos à avenida Rainha D. Leonor, que casa com a D. Sancho I. Portanto, é só para as pessoas saberem que se ouvirem falar da rua D. Sancho I, naturalmente é em Almada. E depois tem uma travessa que é a travessa D. Sancho I, onde o Bloco de Esquerda tem a sede, e temos lá várias bolas de cristal que temos todo o prazer de oferecer a quem nos quiser visitar.”

6.4.17 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Deputado, já emprestou a bola de cristal à Sr.^a Presidente que disse que a Moção já foi aprovada e ainda vai ser votada daqui a um bocadinho. Agora o que eu disse foi uma homenagem a D. Sancho I e a proposta do CDS que pode ser consultada nas atas da Assembleia tinha que ver com uma estátua e não com a atribuição de um topónimo. Depois há aqui uma observação, os Srs. podem pedir à bancada do CDS na Assembleia Municipal de Almada as satisfações que quiserem quanto ao Governo da República Portuguesa, acontece que nem eu nem o meu colega de bancada somos Deputados eleitos na Assembleia da República, nem membros do Governo e portanto estamos aqui a discutir assuntos locais, já temos visto que ao longo destes quatro anos muitas vezes temos tido posições contrárias àquilo que é a posição do CDS nacional, e portanto escusa-se de criar aqui uma manobra de diversão pedindo responsabilidades ao CDS local e àquilo que é o nosso trabalho por Almada e a favor de Almada, com aquilo que é a atuação dos membros do CDS presentes no Governo da República. São assuntos totalmente separados e podemos discuti-los sempre que quiserem, mas não é sério trazer isso para esta discussão.”

6.5 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se à votação dos documentos apresentados.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.5.1 - A Moção/Saudação aos Bombeiros Voluntários de Almada, apresentada pela Mesa, foi aprovada por unanimidade.

6.5.2 - A Moção/deliberação sobre Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, do BE e um do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando Pena), seis votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco)

6.5.3 - A Moção/Deliberação sobre Arte Xávega, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldes, foi aprovada por unanimidade.

6.5.4 - A Moção/Saudação a Luís Quinta - Natureza de Almada em alta definição, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por unanimidade.

6.5.5 - A Moção/Deliberação Contra o encerramento de estações e privatização dos CTT, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, do BE e do CDS-PP) cinco votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e uma abstenção (de eleito do PSD - Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado).

6.5.5.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado apresentou uma Declaração de Voto.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.5.5.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A estação de Correios de Cacilhas sempre foi um serviço muito utilizado pelos Cacilhenses e como tal apesar de concordar com o processo de privatização dos CTT, não posso concordar com o encerramento deste mesmo posto visto ter constantemente utentes e ser um serviço de proximidade muito utilizado e necessário a toda a população. Cacilhas é uma localidade de referencia do nosso concelho com uma população idosa e que muitas vezes precisa dos serviços deste posto e que agora tem de se deslocar até ao centro de Almada. Como tal exerço o meu direito de voto em prol da defesa da população da minha freguesia.”

6.5.6 - O Voto de Congratulação ao Clube Desportivo da Cova da Piedade - Fundado em 28 de janeiro de 1947, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovado por unanimidade.

6.5.7 - A Moção/Deliberação sobre Novo Regime Jurídico para as Autarquias Locais, normas inconstitucionais, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovado por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, e do BE), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

6.5.8 - A Moção/Saudação à Greve Geral e a todas as lutas pelo derrube do Governo e da troika, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP) e trinta e um votos a favor (de eleitos da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, e do BE).

6.5.9 - A Moção/Deliberação Pela manutenção do Passe Social na TST, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e três votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, do BE e do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

6.5.10 - A Moção/Deliberação sobre as Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, e do BE), dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

6.5.11 - A Moção/Deliberação sobre Septuagésimo Aniversário das Lutas Operárias de 1943, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, e BE) e oito votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e CDS-PP).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.6.12 - Deu-se por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia e no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XXIX**).

6.7.1 - Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara para apresentar a referida informação da Atividade Municipal.

6.7.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos então para apreciar o Relatório da Atividade desenvolvida no período de março e abril, quer pela Câmara, quer pelos Serviços Municipalizados, quer eu quer o Presidente dos SMAS estamos à vossa disposição para questões que nos queiram colocar, tendo em consideração que os dois documentos foram distribuídos em tempo.”

6.7.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Miguel Salvado, Luís Filipe Pereira, Vitor Castanheira, Bruno Dias, Fernando Pena e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal.

6.7.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à informação da Presidente da Câmara, gostaríamos de realçar dois ou três pontos, nada de muito significativo.

Continuamos a ver que há certas situações que trazemos aqui, continuam sem resposta por parte dos Serviços Camarários. Eu nem queria estar mais uma vez a massacrar porque há alguns assuntos que acho que são demasiado óbvios, gostaríamos de por exemplo de saber como é que está a história do corredor dos autocarros de acesso bus à Ponte do lado de Almada, se há uma decisão de uniformizar aquele corredor com todo o corredor que está de acesso às portagens, com o horário que está lá ou o nosso continua vinte e quatro horas por



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dia, o deles três horas, depois há pessoas que desrespeitam, depois a Polícia multa naquele lado, mas obviamente no outro não pode multar porque o sinal está lá. Continua-se a verificar que o sinal ali na rotunda dos Bancos para quem desce a Bento Gonçalves continua a fechar vermelho e a entupir o trânsito todo quando o Metro está a circular no espaço canal, uma série de situações que Assembleia após Assembleia parecem continuar, sem que haja também uma explicação lógica ou técnica para aquilo, porque nós também percebemos muitas vezes os eleitos não são obrigados a perceber questões técnicas, mas custa-nos que as situações continuem, e nem os eleitos tenham uma explicação técnica ou então se os técnicos a dão não é transmitida aos eleitos da Assembleia Municipal, porque não é exclusiva a informação tenho a certeza dos Vereadores executivos da Câmara.

Desde que se abriu a zona pedonal, a antiga zona pedonal do centro de Almada, ao final de tanto tempo de estar fechada oficialmente porque na realidade praticamente nunca esteve porque os condutores sempre continuaram a lá passar, camiões, ligeiros, todo o tipo de veículos. Mas agora que se pode circular com velocidade moderada e bem, e bem na nossa opinião, e saudamos inclusive a colocação dos sensores de velocidade que lá foram postos, são importantes até para as pessoas perceberem muitas vezes a que velocidade que realmente vão. Mas agora acontece um fenómeno curioso que é, aquilo agora é uma via de circulação. Velocidade limitada, mas é uma via de circulação. E como aquilo nunca foi para ser via de circulação a sério, como é agora e como continuamos reiteradamente a ter uma situação de estacionamento abusivo ou não, porque eu próprio já não sei se é abusivo, se não é, na praça do MFA e na rua Luís de Queirós ninguém se entende com o estacionamento. Quando a ECALMA funciona e anda por aí, decide autuar, quando não está não autua, ninguém resolve, ao sábado é o que é, as pessoas nem conseguem circular ao sábado e o caos total aos sábados de manhã. Eu acho que de uma vez por todas aquilo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tem que ter uma solução. Ou há estacionamento definido ou não há. Agora aquela situação que se passa ali, das pessoas estacionarem em volta e depois cada uma estaciona da sua maneira, depois a circulação automóvel é como é, mesmo a passagem de peões para quem vem da zona central, para o lado do Frei Luís de Sousa ou mesmo na parte de cima junto às instalações da PT, aquilo é complicadíssimo. Não sei, quem criou esta situação, agora que resolva, porque não foi por falta de aviso que nós chegámos a este ponto no meio da Cidade de Almada.

E continuando aqui um outro assunto. Soubemos, o PSD tem uma posição muito clara em relação à ECALMA, somos a favor do fim da ECALMA, no entanto achamos que a ECALMA tem a sua função perfeitamente ultrapassada e que não funciona e por isso defendemos a extinção da ECALMA, e no seguimento desta posição tem sido ao longo do tempo do Partido Social Democrata, fomos confrontados como cidadãos esta semana e a semana passada no decorrer dos dias 21 a 26 de junho com uma greve da ECALMA, o que é extraordinário, porque supostamente uma empresa que é modelo na ótica da Câmara, não será assim tão modelo na ótica dos trabalhadores, porque pelos vistos para se fazer uma greve de uma empresa municipal considerada, na ótica da Câmara mais uma vez, modelo, em que os próprios trabalhadores dizem que não têm garantias de condições de higiene e segurança, para eles nas deslocações que fazem para a Costa, não têm inclusive um espaço para tomarem as suas refeições e um WC em condições, cujas suas escalas anuais que contemplam a época sazonal não são elaboradas e não permitem muitas vezes a organização da sua vida pessoal, bem com como questões relativas a reabilitação de vestuários, balneários, assim como refeitório a fim de assegurar a todos os trabalhadores condições em termos de espaço e higiene apropriados. O que eu acho extraordinário é que isto na ótica da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Câmara mais uma vez é uma empresa que funciona, que tem tudo para funcionar mas provavelmente na ótica dos trabalhadores, do STAL e da CGTP não tem.

Curiosamente com tanta Moção de greves e greves gerais e greves disto e greves daquilo a Câmara de Almada, ou neste caso a CDU na nossa ótica pecou por não apresentar uma Moção a elogiar, a saudar a grande jornada de luta dos trabalhadores da ECALMA, Empresa Municipal do Município de Almada, porque realmente tantos dias, de certeza que foi uma grande jornada entre as três e as cinco da tarde e curiosamente mesmo a CDU não se lembra de saudar a luta destes pobres trabalhadores, só se lembra de alguns, não se lembra destes. O que nós no entanto lamentamos, e só não fizemos uma Moção porque obviamente não queríamos fazer aproveitamento político disto antes e queríamos colocar aqui as questões para ouvir de viva voz o que é que a Câmara Municipal nos tem a dizer sobre este mesmo assunto.”

6.7.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós queríamos aproveitar este ponto da ordem de trabalhos como habitualmente fazemos para colocar algumas questões que vão arrastando e que sinceramente às vezes penso que não vão ser resolvidas. Mas queria começar por aproveitar para mostrar agrado pela passagem de peão que foi construída junto à rotunda do Brejo, foi construída ali uma passagem de peão que faz a ligação, que faz a continuidade e que é uma passagem de peão muito bem vinda e a utilização é visível por pessoas que se fazem transportar em cadeiras de rodas e passagens de crianças de creches. Foi uma passagem de peão bem colocada ali. Inclusivamente tem também algum aspeto de regulação de velocidade, os semáforos vieram introduzir ali um momento de pausa e de redução de velocidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu queria perguntar nomeadamente à Sr.^a Vereadora Amélia Pardal, se pode dar um cheirinho de quando é que de facto as demolições daqueles imóveis da avenida Fundação e da rua Pedro Matos Filipe vão ocorrer. Eu queria partilhar convosco uma situação que vem acontecer acerca de duas semanas, na vivenda abandonada a meio da rua Pedro Matos Filipe, eu tive ocasião de enviar um e-mail ao Sr. Presidente José Manuel Maia para partilhar esta situação, sabendo de antemão que não é de fácil resolução. Mas eu escrevi assim, na rua Pedro Matos Filipe existe uma vivenda abandonada já referenciada pela Câmara e que tenho tido a oportunidade de referir em várias Assembleias. Trata-se claramente de uma imagem de degradação e perigo com que as pessoas são obrigadas a conviver. Quando se pensava que dentro deste imóvel já não se podia passar nada, eis que alguém no mais completo sofrimento se instalou e passou a viver na mais completa degradação humana. Trata-se de alguém ainda jovem que se abriga dentro do imóvel abandonado, na maior parte do espaço já não tem piso, inicialmente parecia tratar-se de mais uma pessoa, porque a pessoa em questão faz diferentes vozes e dava ideia aos moradores que havia ali agressões, mas depois chegou-se à conclusão que é de facto só um jovem. A PSP foi chamada ao local, constata a situação mas diz que não pode fazer nada, que é um caso para a Segurança Social. Eu não sei como é que esta situação pode ser resolvida, mais acho que este jovem precisa de apoio e deixo este assunto aqui à Assembleia Municipal pelo menos para que eu à noite saiba que muitos mais têm conhecimento desta situação. São gritos aflitivos, são gemidos aflitivos, agora é evidente que temos capacidade de nos irmos adaptando, mas é uma situação estranhíssima. Há duas noites o Sr. deitou fogo a uma camisola, mandou para a rua, quer dizer aquela rua foi um espetáculo. O carro de Bombeiros, INEM, carros de Polícia, eu contei vinte e cinco pessoas que foram tomar conta da ocorrência. O que é um facto é que depois do fogo ter sido apagado da camisola, tudo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se foi embora e o Sr. continua a ficar na vivenda, sem nenhuma condições, e sem dar muitas condições a uma pessoa como eu, que quero lá ir dentro, porque se nem a Polícia tem condições para resolver o problema, muito menos eu um simples mortal o poderei fazer. Mas acho que é minha obrigação partilhar convosco uma situação que eu acho que é urgente que seja resolvida, não só neste momento, não só pela questão do imóvel, mas pela questão humana que está ali.

Depois uma questãozinha muito rápida, eu podia ter feito um e-mail, mas digo aqui que me custa ver as letras da creche Jardim de Infância do 1º de Maio, primeiro caiu o c de creche ficou “reche”, agora caiu o r de Jardim ficou “Jadim”, então temos a “reche Jadim de Infância 1º de Maio”. Eu apelava aqui a que fossem respostas àquelas letras antes que fiquem outras formas de leitura. E ficava-me por aqui.”

6.7.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Castanheira (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu tenho só uma questão que gostaria de colocar e até de algum modo vem na sequência do que o Sr. Deputado Luís Filipe abordou há pouco, tem a ver, percebi agora que é uma passeira que foi feita na rotunda do Brejo. Eu de facto no outro dia vinha de carro normalmente e notei ali um trânsito inusitado a uma hora, porque aquela rotunda tem muito trânsito de facto, notei um trânsito inusitado, para arrancar a uma hora completamente fora daquelas pontas normais. E percebi que à saída da rotunda tinha sido colocado um semáforo, percebo agora e percebo também a lógica da colocação desse semáforo. A questão que eu coloco é se em termos de fluidez do tráfego, sendo um dos acessos principais a Lisboa, se será a localização mais adequada? É que simplesmente o que está a acontecer é que bastam três carros parados para ficarem no meio da rotunda. Ou seja, a rotunda está constantemente parada porque o semáforo está à saída (estou a falar no sentido Lisboa) o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

semáforo está à saída e bastam três ou quatro carros e a rotunda fica toda parada. Portanto, tecnicamente seguramente que a Câmara terá previsto isto e terá estudado e terá percebido que ali seria a melhor localização, mas eu gostaria de perceber de facto se foi previsto essa situação e convido qualquer uma das pessoas que está aqui a experimentar passar nessa rotunda com o semáforo fechado e ver o que é que aconteceu ao tráfego. Ou seja, aquilo que acontecia só nas horas de ponta neste momento está a acontecer praticamente a toda a hora.”

6.7.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu pedi para usar da palavra para dar nota de um elemento muito concreto que tem a ver com uma referência que o Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado do PSD fez há pouco acerca da zona que fica entre a avenida D. Afonso Henriques e a D. Nuno Álvares Pereira, incluindo Praça do MFA, que nos termos da designação e do Plano da Mobilidade tal como está em vigor se definiu como zona mista, antiga zona considerada pedonal, que nunca foi inteiramente pedonal por força do funcionamento dos serviços de transporte rodoviário dos TST's, porque não havia alternativa, a propósito da outra questão que há pouco falámos do Passe Social, e tal como o processo foi evoluindo e nós ao longo dos anos fomos acompanhando essa questão, aquilo que nós temos, só para ressaltar o ponto e a análise que fazemos aqui sobre aquela zona, não se deve considerar que seja uma via de comunicação, ponto, como será por exemplo a avenida Aliança Povo MFA junto à antiga Lisnave, não é a mesma coisa, não é a mesma coisa porque se nos termos da regulamentação municipal se considera como zona mista e nos termos da Convenção de Viena se designa de zona residencial ou de coexistência, é diferente nós estarmos a falar de uma zona em que não estamos numa zona pedonal, mas estamos numa zona de facto de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

coexistência em que se quiser os modos suaves a começar pelos peões estão a jogar em casa, se me permite o termo. Ou seja, nós não estamos perante uma zona onde haja uma passadeira para as pessoas atravessarem a rua, aquela é rua dos peões, aquilo é espaço de todos, é uma zona de coexistência e a limitação de velocidade e as limitações ao estacionamento, etc., etc., estão diretamente decorrentes desta realidade específica e diferente. Esta situação daquela zona, desta zona aqui à frente é de tal forma interessante e importante e a justificar a nossa atenção e a nossa avaliação sobre a experiência concreta, e eu deixo aqui esta informação porque isto tem interesse, é que nesta fase, nestas semanas, está a decorrer na Assembleia da República o trabalho na especialidade de atualização e alteração do código da estrada. E a zona mista destas ruas tem sido utilizada muitas vezes naquele debate na especialidade e nas reuniões com os técnicos especialistas do IMT, das Forças de Autoridade, Forças de Segurança, etc., PSP, GNR, etc., etc., quase como uma experiência piloto para testarmos na realidade aquilo que se consagra no código da estrada. E pode ser interessante sabermos que está a ser integrado e vai passar a constar do código da estrada o conceito de zona de coexistência. Nestes termos em que nós temos tido em Almada e nestes termos em que nós estamos a refletir. O que isto significa é que nós não podemos partir do princípio que há verdades absolutas mais do que testadas, porque esta é uma experiência que está a servir de teste para que a legislação seja bem feita. E estamos a olhar para o que corre bem e o que corre menos bem e de tal forma isto significa que nós não estamos na linha da frente, há aqui um pioneirismo ao nível do Concelho que foi buscar diretamente da fonte e a fonte é a Convenção de Viena que recentemente, há poucos anos atrás consagrou este conceito e esta solução mais depressa do que o Estado Central adotou para a legislação. E portanto, estamos a olhar para o terreno, estamos a ver a experiência concreta, legislando, procurando garantir as melhores soluções. O Sr. Deputado Municipal dirá,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a ECALMA quando está autua, quem está a infringir, quando não está não, não autua. Nós ainda não conseguimos uma solução que garanta que a ECALMA quando não está autua. Não sei se isso é o que faz falta para já, mas temos aqui uma situação, é que as regras têm que ser cumpridas e têm que ser defendidas. Tem havido pedagogia, todos nós podemos ser testemunhas e aqui há vários casos em que fomos testemunhas de situações em que há pedagogia, compreensão, apelo ao cumprimento das regras, mas não aquela lei de tabelião que procura não olhar a circunstâncias e aplicar de uma forma incompreensiva digamos assim. Agora, há aqui uma realidade concreta que nós ao invés de desvalorizar e de exigir alterações sobre alterações, neste momento é de termos de facto a consciência que os trabalhadores da ECALMA estão a cumprir o seu dever no sentido de promover e propiciar que o espaço público é mesmo de todos, com a compreensão, com a pedagogia, mas garantindo que as regras são para cumprir e que não há aqui a velha hierarquia dos tempos da outra senhora, em que primeiro está o camião, depois está o carro, depois está a mota, depois está a bicicleta depois está o peão, é quem pesa mais é quem manda. Mas ao contrário, o espaço público é de todos. O utilizadores vulneráveis, outro conceito novo que entra para o código da estrada também com a experiência daquilo que aqui está a ser feito no Concelho, a contribuir para essa análise e para essa reflexão e para esse trabalho, nesse contexto novo, nesta forma diferente nova de olhar para a gestão do espaço público e da mobilidade é importante que haja a valorização do trabalho que está a ser feito, reconhecendo as limitações desde logo no plano humano, material e dos meios que muito está a fazer, muito para lá do que em quase todo o país se consegue nesta área, não há fórmulas mágicas, não soluções milagrosas, mas há um trabalho de pioneirismo e é um esforço muito grande que está a ser feito. E quando os trabalhadores da ECALMA apresentam as suas reivindicações, apresentam razões para lutar, para se organizarem e para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

intervirem em defesa dos seus direitos, pode ter a certeza Sr. Deputado Municipal, que nós saudamos com muito respeito e com muita fraternidade e com muita camaradagem aqueles que lutam nos seus postos de trabalho, pelos seus direitos e por melhores condições de trabalho, se não tinha percebido fica a perceber. A CDU saúda todos os trabalhadores em luta evidentemente também aqueles da ECALMA que mencionou por melhores condições de trabalho que devem ser e são do nosso ponto de vista para ouvir, para refletir e para agir e nunca cair em saco roto.”

6.7.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há alguns assuntos que merecem um comentário recorrente neste período de discussão. Bem sabemos que nem todos se confinam ao período a que diz respeito o documento e eu gostaria de trazer três.

O primeiro deles prende-se com a visão ou a falta dela, que a Câmara Municipal de Almada tem tido para a Costa da Caparica. A época balnear abre tarde em relação àquilo que podia ser, a Câmara podia antecipar essa abertura e já tinha sido feita essa sugestão noutros anos. Mas o que sucede agora é tratar mal as pessoas que cá vêm. O Município de Almada não se pode dar ao luxo de agir relativamente aos visitantes como se fosse uma grande metrópole que poderia ser mas não é. Como se a Costa da Caparica fosse uma zona balnear de eleição que poderia ser, mas por infortúnio não é. E portanto, abrir a caça à multa, às pessoas que visitam a Costa da Caparica, e tentar sustentar o orçamento ou alguma parte do Orçamento Municipal à custa do estacionamento daqueles que procuraram a Costa da Caparica, é muito má estratégia para quem quer cativar a vinda de pessoas ao nosso Município.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O segundo aspeto tem que ver com o estado do espaço público, também é um assunto que temos trazido aqui com bastante frequência, os problemas repetem-se e passados estes anos percebemos a total incapacidade da Câmara Municipal de Almada para assegurar que o espaço público está limpo, está ordenado e que quando há atos de vandalismo a reparação é imediata. Porque é assim que tem de ser. Porque é assim que se constrói uma rua que convida o cidadão a desfrutar dela. Porque é assim que se dá o sentimento de segurança aos cidadãos e os colocamos na rua a viver a cidade, porque quando não abandonamos a cidade aqueles que a destroem.

O terceiro aspeto tem a ver precisamente com este centro de Almada que não nos cansámos de discutir aqui durante tantos anos. Eu estava a ouvir o Sr. Deputado Bruno Dias e foi um bom esforço, a tentar dar uma máscara de pioneirismo àquilo que foi apenas a reparação tardia de uma teimosia que durou muito tempo desta Câmara Municipal, a querer transformar o eixo central da cidade em zona pedonal. Foi uma teimosia que custou muito cara aos comerciantes que custou muito cara aos almadenses, e agora o que se está a fazer é apenas a tentativa de diminuir os danos embora alguns deles tenham sido infelizmente irreversíveis. E portanto, mais do que uma antecipação às alterações do código da estrada, aquilo que se passou no espaço central da cidade foi uma manifestação de desorientação política ao longo destes anos em que valeu tudo e em que sobretudo houve uma enorme incapacidade de se ouvir a razão.”

6.7.2.6 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos para análise um Relatório da Atividade que foi desenvolvido entre março e abril, é recorrente e estamos a chegar ao final deste ciclo autárquico, mas é recorrente que neste período os Srs. Deputados Municipais trazem outras questões legitimamente com certeza, mas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o ponto em questão é para análise da atividade desenvolvida. Não nos costumamos furtar às questões colocadas, mas também não podemos deixar de referir que o ponto tem um objetivo e o objetivo é claro. O documento não fala de questões como rotunda dos bancos ou outras questões colocadas anteriormente e também não tenho condição para dizer qual foi a evolução que sucedeu até agora, porque não está no documento, não tenho aqui o Vereador porque está de férias e portanto não lhe posso responder. Mas lembro que em abril tivemos uma Assembleia Municipal e esta atividade corresponde aos meses de março e abril. Portanto, registei, não lhe sei responder, porque não posso, não está cá no documento e também não tenho comigo o Vereador desta área. Mas o Sr. Vereador na altura tomou nota, é uma pessoa disponível e também obviamente que os Srs. Deputados Municipais e as Sr.^{as} Deputadas Municipais terão sempre ao vosso alcance os colegas eleitos para obviamente poderem colocar as vossas perguntas e sem estarmos à espera da Assembleia Municipal poderemos também obter alguma resposta sobre a evolução dos assuntos. Mas a seu tempo com certeza que a questão será respondida.

Eu queria deixar nota que a zona central de Almada, e não só, todas as soluções associadas ao Plano de Mobilidade foram objeto de um trabalho de análise profunda, exaustiva e o nosso Vereador Rui Jorge Martins teve uma reunião na Assembleia Municipal com o técnico da área o Chefe de Divisão dos Transportes e Segurança Rodoviária e teve ocasião de apresentar o resultado desse trabalho de uma forma exaustiva, minuciosa, eu não sei se o Sr. Deputado Municipal Fernando Pena esteve nessa reunião ou não, mas que ela se fez, fez-se e não estamos aqui perante medidas casuísticas, as medidas são medidas desde logo decorrentes de planos, de estudos, de trabalho técnico e as adequações também são o resultado da avaliação global das soluções implementadas e foi isso que foi feito e foi isso que o Vereador Rui Jorge com o responsável da área apresentou aos Deputados Municipais.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Também queria dizer que se a solução definida inicialmente ao nível dos estudos técnicos não tivesse sido devidamente tratada e ponderada, hoje não se podia passar na zona central. O que portanto responde a algumas interrogações e apreciações menos corretas feitas. É que o projeto delineado para este território teve em conta todas as hipóteses. Ou seja, como sempre há soluções que têm que ser testadas, têm que ser avaliadas e depois podem manter-se como foram pensadas e implementadas ou podem ter que ter ajustamentos. Portanto, este trabalho foi um trabalho muito sério, que desde o princípio, o próprio projeto identificou uma solução que poderia funcionar como zona absolutamente pedonal ou como zona mista. E por isso está a funcionar. Portanto não foi impossível fazer um ajustamento naquele território e o ajustamento que no futuro dirá se, se mantem assim, ou se enfim, a vida aconselhará mais tarde a fazer outro tipo de opções. Mas o trabalho físico, o trabalho projeto feito permitiu exatamente pedonal mas também zona mista. Eu agradecia ao Deputado Bruno Dias a abordagem que aqui fez porque essa é matéria que ao longo do nosso trabalho nesta área tem sido sistematicamente referido, ou seja a questão do código das estradas que é um absurdo e felizmente que está a ser mexido e desejamos que também possa esse trabalho acolher o resultado como aqui disse de muitas experimentações que foram sendo feitas neste Concelho a partir da componente técnica e de uma componente técnica coerente e sólida que tivemos a felicidade também de ter a trabalhar connosco aqui no Concelho. E por muitíssimas vezes, nas vinte e cinco reuniões que nós tivemos do Metro Sul do Tejo e não só, as questões do código da estrada esteve sempre presente em muitíssimos e muitíssimos momentos. Colocadas por intervenções técnicas mas também por intervenções políticas. Desejo muito sinceramente que finalmente tenhamos um código de estradas que privilegie os peões e que atenda a muitas e muitas situações que infelizmente as cidades se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

confrontam ainda com problemas pela desadequação do código das estradas às cidades. Não trata devidamente a vida na cidade e é fundamental que trate.

Queria deixar nota também que não está aqui ninguém do Conselho de Administração da ECALMA e portanto obviamente que seria por ai que a resposta poderia passar. Agora, como Presidente da Câmara não sendo do Conselho de Administração, não posso deixar de dizer que há uma coisa que é fundamental, é o diálogo com os trabalhadores. E ai sei que o Conselho de Administração tem tido uma enorme disponibilidade para o diálogo com os trabalhadores. E sei que a situação de verão é uma situação pontual e que foi encontrada uma solução com diálogo estabelecido com a Guarda Nacional Republicana para que os trabalhadores pudessem ter condições adequadas ali na Costa da Caparica. É legítimo que o trabalhador possa não estar muito de acordo, achar que devia ter outra condição e nós também não dizemos que não tem razão, portanto o importante é haver diálogo. Portanto, há condições criadas de banho, de condições de mudar de roupa, etc., portanto nesta articulação com a força de segurança que está instalada, o Quartel da GNR da Costa da Caparica, e portanto tal como nós cedemos também por exemplo à Polícia Marítima instalações num espaço municipal para poder funcionar e funcionam os trabalhadores da Polícia Marítima, etc., num espaço municipal, também a rentabilização dos espaços é uma via a explorar e foi essa que foi explorada mas o diálogo com os trabalhadores mantém-se. O direito à greve é respeitado, o direito dos trabalhadores tem que ser respeitado em qualquer instituição é isso que é feito, mas queria deixar aqui nota que o diálogo é a questão fundamental e é isso que tem vindo a suceder e que tem que se manter e que tem que se aprofundar e perceber as razões e também ajudar a que as partes possam naturalmente entender-se. Por isso, quando aqui é feita a referência ao STAL ou à CGTP portanto aqui é isenção total, pois claro os trabalhadores são sindicalizados, acham que têm razões e portanto agem de acordo com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

legislação felizmente ainda não acabou, nem o direito à greve, nem o direito à manifestação e também estes são direitos nacionais, direitos nacionais não é possível, a Constituição está aí, fazer uma leizinha para impedir os professores de fazerem greve como também não é possível fazer uma leizinha para impedir seja quem for de fazer greve. É importante deixar estas notas porque naturalmente quem tem responsabilidades de administração tem naturalmente do outro lado pessoas que sentem necessidades de lutar e de colocar os seus direitos e as suas exigências e mal daquele que não compreende isto e tem que se compreender. E tem-se que sobretudo dialogar e encontrar as melhores soluções. Isto não quer dizer que a empresa não seja uma empresa eficaz, não quer dizer que os trabalhadores não sejam bons profissionais e não quer dizer que a empresa não faça falta ao Concelho.

Depois queria deixar nota que, nós temos em perspetiva uma ciclovia desde Cacilhas até ao Parque da Paz, e temos esse trabalho em mãos e o primeiro troço que se procurou implementar e que faz todo o sentido e é necessário, não só ciclovia mas também um percurso pedonal entre o Museu da Cidade e o Parque da Paz. E o que foi feito foi exatamente aquele troço, o projeto relativamente à outra parte Cacilhas, Museu da Cidade está em desenvolvimento, não estou a dizer que é amanhã que está feito o que é para o mês que vem, mas esse é o trabalho em mãos, mas aquele bocadinho foi assumido e foi assumido porque é muito necessário que haja uma ligação amigável ao Parque da Paz. Amigável para os carrinhos de bebés, para os deficientes, para as pessoas e também para as bicicletas, e o que foi ali instalado foram semáforos, os atravessamentos não são permanentes, portanto passa uma pessoa, depois passa outra e portanto também não faz mal a ninguém naturalmente parar um bocadinho para que os peões possam atravessar para o Parque e possam vir do Parque, portanto não pode ser aqui a ditadura do automóvel, quem está ali naturalmente espera um nadinha e a seguir abre o semáforo, mas o que é importante



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

é que as pessoas passem em segurança e o semáforo tem um funcionamento de acordo com estas exigências.

É que quando nós ouvimos a Sr.^a do bebé reclamar porque precisa de ir para o Parque damos-lhe razão, e depois quando ouvimos o Sr. do carro porque tem que parar um bocadinho damos-lhe razão, e depois quando ouvimos a pessoa da ciclovia que quer passar e não pode damos razão e depois quando ouvimos o deficiente que quer passar e não pode damos razão, mas depois quando encontramos a solução que não serve a todos por igual, afinal ninguém tem razão. Não pode ser assim, temos de facto que ter esta compreensão para os problemas e encontrar soluções que sejam boas para todos. E eu acho que esta é uma boa solução para todos, é uma solução em segurança, já lá tenho estado, já lá passei, já estive com técnicos e com eleitos e com serviços, e naturalmente que pode haver um momento ou outro em que há maior paragem, mas ali nas horas de ponta também estão paradinhos, portanto a paragem é natural. Penso que é uma boa solução e é desejável que a ciclovia de Cacilhas ao Parque da Paz possa estar a funcionar em pleno tal como a ciclovia da Universidade até ao Parque da Paz. Portanto vai com flyover sobre o IC20, vai-se fazer a ligação entre o Norte e o Sul da Cidade com ciclovia também com o andar a pé, está em projeto um conjunto de troços que vão para além dos troços do Metro e portanto ligar a Universidade ao Parque da Paz, o Parque da Paz a Cacilhas é a grande prioridade e penso que todos ganhamos e a Cidade ganha muito com esta ligação.

Foi feita a pergunta à Sr.^a Vereadora, ela deixou-me aqui nota mas se a Sr.^a Vereadora quiser faça o favor eu gostava de deixar aqui uma nota que é a seguinte, fala-se muito da burocracia da administração pública, fala-se. Mas o problema não está na administração pública, nos funcionários, na administração propriamente, o problema está nas Leis, e o que é preciso é criar Leis capazes, para que a administração pública seja ágil, para que a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

administração pública responda rapidamente. Podem criar todas as plataformas do mundo, mas se não mudarem as Leis, têm as plataformas mas não têm agilidade. E as Leis precisam de ser alteradas para responder à vida e para que a administração pública e os funcionários possam ser melhor vistos pelos cidadãos. Porque quando nós nos arrastamos tempos infinitos para chegar ao fim de um processo, isto naturalmente que é uma má imagem da administração, mas decorre da Lei. E há muitos exemplos que poderia aqui falar relativamente a esta questão concreta, os processos para se poder entrar na demolição, primeiro têm de facto um caminho das pedras infundável. A Vereadora dizia-me que neste momento os orçamentos estão para os proprietários, porque tem que haver audiência, primeiro é o folhetim até que se consiga ter os orçamentos, são meses, às vezes anos para que se consiga chegar ao fim de um processo para ter uma adjudicação ou uma solução. Neste momento estamos nos orçamentos para os proprietários se pronunciarem ou fazerem ou cumprindo esse aspeto da Lei a seguir a notificações depois mais não sei quantos meses, depois por ai fora até que a Câmara se possa substituir aos proprietários. Mas o que gostava de dizer era que dentro em breve estarão na rua assinalados muitos e muitos edifícios com estudos de remate urbano para que os cidadãos saibam aquilo que tem vindo a ser feito, são centenas de estudos de remate urbano, centenas, com notificações a proprietários para que naturalmente a seguir assumam a transformação dessas situações e resolvam os problemas que estão no terreno. Mas teremos placares, teremos informação, está feito todo um trabalho no sentido de os cidadãos também identificarem aquilo que a Câmara fez e por isso a partir dali está do lado dos proprietários. Vamos ter muita coisa na rua porque há muito trabalho feito.

Esta questão que o Luís Filipe aqui trouxe sobre esta pessoa, etc.. De facto a PSP tem ligação com a Segurança Social, nós temos que ir perceber o que é que a PSP fez ou não



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fez, o que é que a Segurança Social fez ou não fez, porque de facto há aqui áreas de responsabilidade e há articulação e nós acreditamos que a PSP terá comunicado à Segurança Social, mas vamos tentar perceber o que é que aconteceu, não porque tenhamos competência para isso, mas porque do ponto de vista moral esta questão preocupa-nos e com todo o dramatismo que ela comporta conforme aqui foi referido.

As letras. Isto faz parte do dia a dia, obrigada por ter trazido, mas as funcionárias também certamente já terão pedido aos outros colegas, a Chefe de Divisão, etc., e é importante que isto não deixe de ser resolvido.

A questão da cidade acessível que é o que nós temos também em mãos, temos o plano para uma cidade acessível em que todos estes aspetos também são já precedências importantes e que precisam também de ser ampliadas. Veja-se o que se está a passar com a rua Cândido dos Reis, um êxito. Portanto, é um êxito, batemos palmas, de vez em quando lá aparece uma coisinha e temos que lá ir para ajudar a resolver, mas é um êxito. E outras áreas pedonais também podem ser um êxito tão evidente como a Cândido dos Reis. Se calhar precisam de mais tempo para lá chegarem e precisam não vivermos em crise como estamos a viver.”

6.7.2.1 - Deu-se por concluída a apreciação da Atividade Municipal.

6.8 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 96/X-4º, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 05/06/2013, sobre “Plano de Pormenor da Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas - PPRUFC”, (**Conforme Anexo XXX**).

6.8.1 - Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar a referida Proposta.

6.8.1.1 - A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Penso que a Proposta é clara, este é um processo que se iniciou posteriormente à publicação em Diário da República do Plano Diretor Municipal que foi publicado em 97, iniciou-se este processo relativamente a Cacilhas. Cacilhas no antigo território da Parry & Son de acordo com o Plano Diretor contemplou uma área terciária não programada, conforme aqui se diz iniciou-se todo um processo de concurso, adjudicou-se a elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas no sentido de se poder resolver a situação de Cacilhas na ligação ao rio, era uma questão muito importante, houve um concurso público que teve na altura o interesse de equipas muitíssimo fortes ao nível do urbanismo, veio a ganhar o concurso o Gabinete do Arquiteto Vasco Massapina. Mas dizer que por exemplo o Arquiteto Teotónio Pereira foi com a sua equipa um dos concorrentes também e muitos outros, mas depois houve aqui um problema que teve a ver com a questão do Metro Sul do Tejo onde fica o interface do Metro com os Barcos, etc., e todos nós conhecemos este assunto e este assunto tinha que ser devidamente equacionado e tratado no âmbito do Plano de Urbanização de Almada Nascente Cidade da Água. Daí que o Plano de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas tivesse ficado e tivesse que ficar a aguardar a evolução desta situação, logo que o Plano de Urbanização de Almada Nascente Cidade da Água foi aprovado, o processo de Cacilhas foi retomado, foi retomado em 2009, iniciaram todos os procedimentos necessários à elaboração do Plano de Pormenor. Este processo foi muitíssimo participado, foi um processo que se enquadrou na metodologia de participação que temos vindo a desenvolver no nosso Município, desde os atores políticos, atores institucionais, população, atores sociais, etc.. Este processo teve em vários momentos abordagens em que participaram Deputados Municipais, eleitos de Juntas de Freguesia, eleitos de Câmara Municipal, neste mandato mesmo houve algumas reuniões, fóruns de participação com a população, com os atores políticos, sociais e económicos e portanto o processo foi em dado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

momento, de acordo com a Lei, submetido porque estava em condições de assim avançar a conferência de serviços e a partir daí seguiu-se toda a tramitação normal para este tipo de processos. Foi feita a discussão pública, foi feita a avaliação, encerrou-se o processo, foi submetido a decisão da Câmara de modo a que pudesse ser remetido à Assembleia Municipal que é o órgão autárquico com competência para decidir em matéria de aprovação de instrumentos de gestão territorial no caso o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas. Neste percurso naturalmente não estivemos, durante este tempo não estivemos parados e seguimos também o que desde há muito tempo identificámos como necessidade que é aquela figura do Plano expedito, ou seja, é preciso trabalhar mesmo quando não temos um plano terminado, um plano eficaz. E foi isso que fizemos em Cacilhas com a ARU, avançámos com a Área de Reabilitação Urbana e portanto quando falamos de Reabilitação Urbana nós estamos lá no terreno, estamos em Cacilhas, na Reabilitação Urbana enquanto estávamos com o processo de elaboração do Plano de Pormenor em desenvolvimento. Portanto, trabalhamos, temos resultados e neste momento temos a proposta para que a Assembleia Municipal decida. Com este Plano eu gostava de deixar aqui nota de uma conquista muito importante para a nossa população. É que ao longo do tempo a Câmara foi trabalhando, foi adquirindo as áreas do Morro de Cacilhas, portanto o Morro de Cacilhas é esmagadoramente área da Câmara Municipal, foi adquirindo, e com isso a Câmara criou condições para que a proposta do Plano possa ter execução. Ou seja, trocar a edificabilidade da área da antiga Parry & Son, de um privado, trocar a edificabilidade para o Morro de Cacilhas, ou seja, trocar o terreno do Morro com o terreno da antiga Parry & Son e desta maneira podermos voltar a ter a ligação ao rio e dar os direitos construtivos que decorreriam da aplicação do Plano Diretor sobre a antiga Parry & Son porque também o próprio Plano Diretor Municipal estabelecia como área de terciário. Obviamente que o Município terá direitos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

construtivos ainda no Morro de Cacilhas, mas a maior parte da edificabilidade pertencerá ao proprietário agora ainda dos terrenos da antiga Parry & Son. Com isto nós conseguimos também uma conquista muito importante e que está no terreno, uma parte, outra está em implementação que é a Fragata D. Fernando II e Glória, que lá está. E temos já a Porta Batel instalada na segunda doca para que o submarino Barracuda durante o mês de julho quando as marés o permitirem, provavelmente mais para o fim de julho de acordo com aquilo que nos é dito também pela Marinha e por quem percebe das marés, o Barracuda a entrar na doca que fica exatamente ao lado da Fragata D. Fernando II e Glória. Eu penso que é a conquista da ligação ao rio, é a conquista do território e da praça, mas é muito mais do que isso porque é a possibilidade do Município ficar aqui com estes dois elementos do património nacional e com eles também para além do Farol, com eles continuar a sua aposta no desenvolvimento do turismo aqui no nosso Concelho.

Dizer aos colegas que o nosso Centro Municipal de Turismo no ano de 2012 teve já uma procura muito, muito significativa em turistas, na ordem dos sete mil turistas que passaram pelo Centro Municipal de Turismo, em Cacilhas. E estamos em crer que com esta atratividade nomeadamente do Barracuda, a sua atratividade estou em crer que será ainda maior do que já é a Fragata D. Fernando, por exemplo desconhecemos nomeadamente no sul da França onde está instalado um submarino e que tem centenas, muitas largas centenas de milhares de visitantes, a caminho de um milhão por ano àquele submarino, é de facto um grande atrativo e quando nós temos aqui, vivemos ao lado de Lisboa Capital, Lisboa é tudo, não é? Não é só Lisboa, é também o que está do lado de cá, e sendo uma Cidade Capital muito atrativa hoje em dia para o turismo, nós estamos e estamos a trabalhar e estamos a marcar o nosso território e a construir atratividade para que se atravesse o rio, para que se venha para o lado de cá, e que depois não se fique só em Cacilhas, porque o que está já feito e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dou-vos uma nota, temos Miradouros Virtuais no Castelo, na Casa da Cerca e já no Cristo Rei, e estes miradouros virtuais orientam também já os turistas para outros pontos do nosso Concelho sugerindo percursos, sugerindo transportes, sugerindo contatos para operadores diversos e portanto a partir daqui também a Costa, também os diferentes pontos de interesse do nosso Concelho. De facto estes processos vão-se construindo, não se tem turismo porque um dia se acordou e no dia seguinte já temos turismo, é preciso construir as condições para que o Concelho seja de facto um Concelho atrativo no que diz respeito também ao turismo e com ele outras indústrias que são fundamentais e de suporte a esta atividade económica muito importante para o nosso País e para o nosso Concelho.”

6.8.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Fernando Pena, Carlos Leal, Luís Filipe Pereira, Miguel Salvado, José Joaquim Leitão e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal.

6.8.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aquilo que nos é trazido hoje aqui à discussão, é de aparente (e já explico porquê aparente) relevância e de grande importância para Cacilhas e para o Concelho de Almada como tal.

Acontece que aquilo que nos é trazido hoje foi recebido pelos Deputados Municipais esta semana, e aquilo que se pedia aos Deputados Municipais que analisassem durante esta semana para a Assembleia Municipal, é isto. São centenas de páginas do Relatório de ponderação da discussão pública, outras centenas do Regulamento do Plano de Pormenor e outros documentos que são anexados e vinte e seis plantas. E portanto, é presumível que a Câmara Municipal de Almada ache que os Deputados Municipais das duas uma ou que não são perdidos nem achados para a discussão e estão aqui para votar, para aprovar, carta branca, ou então são especialistas do urbanismo a tempo inteiro, e ainda assim eu não sei



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se conseguiriam essa análise daquilo que nos é entregue. Portanto, era tempo da Câmara Municipal de Almada mostrar respeito pelas competências desta Assembleia, mostrar respeito pelos Deputados Municipais e pelo direito que eles têm, porque fomos eleitos pelos cidadãos de Almada a fazer o acompanhamento devido do trabalho da Câmara Municipal de Almada. Não é a primeira vez que isto acontece, mas é a primeira vez que chega a este absurdo. Três dias para analisar isto. Isto não se faz, é pouco sério e agora a pergunta é, e o que fazer? Como nos pronunciarmos? Como votar? Eu só não voto contra pelo respeito que as pessoas de Cacilhas me merecem e que o território merece. Mas também não há um mínimo de condições de votar a favor.”

6.8.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Leal - Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu antes de ler a minha intervenção gostava de, não sendo competência minha naturalmente, responder à questão colocada pelo Deputado Fernando Pena, mas gostava de recordar-lhe, aliás como a Sr.^a Presidente da Câmara aqui na apresentação deste ponto da ordem de trabalhos fez e bem, gostava de recordar-lhe que houve muitos momentos ao longo destes anos, para que os Deputados Municipais desta Assembleia ou enquanto cidadãos pudessem tomar conhecimento da evolução da proposta de Plano de apreciar e de se pronunciarem. Portanto, houve fóruns públicos, houve debates da Vereação com os Deputados, portanto só não acompanhou quem não quis acompanhar, mas isso é uma matéria que pessoalmente gostava de dar-lhe esta informação e para que conste.

“Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas e no âmbito do ponto específico da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Almada que vai analisar e deliberar sobre a Proposta da C.M.A. relativa ao PP da Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, gostaria de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

transmitir a esta Assembleia Municipal uma comunicação que procurará realçar positivamente os seguintes aspectos fundamentais:

1. O enquadramento do PP face à realidade dos seguintes elementos a considerar:

- O Plano de Urbanização Almada Nascente;
- A conclusão das obras do MST;
- O Plano de Valorização turística do Concelho de Almada;
- O Plano de Pormenor da Qt^a do Almaraz e Cais do Ginjal;
- Aprovação da candidatura ao QREN e Regeneração Urbana e Revitalização de Almada Velha e Cacilhas (zonas históricas)

2. O seu faseamento que inclui:

- Trabalhos Preparatórios
- Elaboração do Estudo Prévio
- Elaboração da Proposta de Plano
- Discussão Pública através de Fóruns de Participação e consulta documental
- Elaboração da versão final do Plano
- Aprovação com conseqüente Registo e Publicação em Diário da República

3. Composição da Equipa Técnica, multidisciplinar, garantia da qualidade do Plano e que inclui as seguintes especialidades:

Arquitetura

Urbanismo

Engenharia Civil

Arquitetura Paisagista

Direito/Urbanismo

Economia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Transportes

Geologia

Comunicação

4. A sua Base Programática e Objetivos do Plano Pormenor

Tendo como base programática a qualificação da área de Cacilhas e tendo por referência os usos e indicadores do PDM em vigor, ressaltam-se os seguintes objetivos:

- Aproveitamento pedonal do espaço público que estabeleça percursos e estadias pedonais ao longo do rio;
- Reabilitação do núcleo antigo da Freguesia de Cacilhas;
- Reconversão urbana e funcional do espaço ocupado pelas antigas instalações da Parry & Son, preservando as docas e dado o seu valor patrimonial a sua reconversão funcional a outros usos, de que é já exemplo a exposição da Fragata D. Fernando II e Glória e, futuramente, o submarino Barracuda;
- Resolução do espaço do Morro de Cacilhas relacionando-o com a área das antigas instalações da Parry & Son e o Largo de Cacilhas;
- Criação de uma frente urbana na face nascente do Morro, promovendo a continuidade da utilização pedonal publica desde o Ginjal até à Avenida 25 de Abril e com continuação para sul.

Identificados que foram os diversos elementos que deram origem à presente Proposta do Plano de Pormenor da Reabilitação Urbana e funcional de Cacilhas, gostaria de terminar esta minha comunicação à Assembleia Municipal de Almada reafirmando aqui a visão estratégica da nossa Câmara Municipal para o território do concelho de Almada e, em particular para o território da freguesia de Cacilhas, mas também a enorme capacidade, demonstrada ao longo de mais de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

30 anos, em cumprir o que promete e planeia com a competência técnica dos seus serviços municipais e sempre em permanente diálogo com as respetivas populações e agentes locais.

Do que acabo de afirmar, e relativamente a Cacilhas, confirmamo-lo pelo enorme sucesso, ao nível das dimensões económica, sociocultural, demográfica e urbanística, entre outras, do que é já resultado visível da A.R.U. de Cacilhas, da intervenção que conduziu à pedonalização da Rua Cândido dos Reis, para além das exemplares operações que levaram à recuperação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, atual Centro Municipal de Turismo e da recuperação de elementos identitários da freguesia como são exemplo o Chafariz, o Poço de Cacilhas e o Farol de Cacilhas

Com a certeza plena de que os restantes Planos de valorização atrás citados irão acontecer (o PP Almaraz Ginjal, a reabilitação do Cais do Ginjal e o Plano Urbanização Almada Nascente), concludo afirmando que Almada merece a continuação de uma equipa que promete, e cumpre, contra ventos e marés, porque primeiro estão as pessoas.””

6.8.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A posição do Bloco de Esquerda sobre este Plano é conhecida e é pública, mas nós queríamos deixar aqui a nossa declaração de voto em relação à matéria.

Como é do conhecimento de todos o Período de Discussão Pública sobre o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas decorreu de nove de janeiro a sete de fevereiro de 2013. O Bloco de Esquerda usou do direito à participação consagrado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial apresentado algumas questões sobre o Plano. Damos destaque ao edifício em altura com vinte e um pisos, mas três de estacionamento, que terá uma torre mais alta do que o pórtico da Lisnave. Projetado para uso misto, comércio, serviços e hotelaria. Que segundo o Plano pretende ser um ícone e um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

elemento de futura identificação do sítio. No entender do Bloco de Esquerda, Cacilhas não precisa de um ícone arquitectónico com aquelas características. Necessita sim de reabilitação e valorização das suas potencialidades, aliás na linha do que tem vindo a acontecer, de proximidade ao rio, permitida por uma zona ribeirinha desimpedida de obstáculos físicos e visuais e intimamente ligada ao comércio e à restauração locais. Os fins preconizados para este edifício não promovem as potencialidades de Cacilhas nem se adequam ao contexto socioeconómico que vivemos e que se manterá pelo menos a médio prazo que se caracteriza por uma acentuada crise económica que o País e o Concelho sofrem. De que a queda do investimento público e privado são consequências inegáveis.

Pensamos que a construção daquele edifício é contrária à vontade de uma parte da população de Cacilhas, que receia o ensombramento provocado pela altura da torre e não reconhece neste projeto a imagem histórica de Cacilhas.”

6.8.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Como é conhecida a posição da bancada do PSD, nós vamos votar a favor deste Plano, como sempre votámos, temos tido essa posição sempre em Cacilhas na Assembleia de Freguesia bem como aqui na Assembleia Municipal, bem como na Câmara Municipal. No entanto salientamos que realmente está-se ali a criar um polo muito interessante, agora então com a vinda do submarino Barracuda, com as obras que estão a terminar de fecho da Parry & Son é sem dúvida um belo cartão postal que Almada no futuro poderá ali ter e que tem-se visto mesmo agora nestes meses de mais calor, e que tem havido muita gente a vir a Cacilhas, a visitar Cacilhas e a usufruir da zona de restauração da Cândido dos Reis e de Cacilhas. No entanto salientar o seguinte, este projeto já vem de há muitos anos, agora teve este último estudo que contempla um Jardim Urbano que nós achamos que poderá ser de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

excelência naquela zona, no entanto há que ter em atenção sempre a questão também do estacionamento. Não só para quem vai para lá morar, se aquele projeto for desenvolvido a forma como o estacionamento também vai ser implementado naquela zona, sendo a solução subterrânea aquela que se tem estudada, e os acessos também aquela zona, porque as pessoas, isto é um hábito que o português continua a ter, as pessoas gostam de sentir que para o sítio onde vão têm hipóteses de estacionar. E se calhar o grande sucesso também de Cacilhas, não é só a qualidade dos restaurantes que é reconhecida para todos nós, não é só a qualidade do espaço público, mas também é a qualidade que as pessoas têm de saber que ao fim de semana levam o seu carro, podem estacionar e depois usufruir daquele espaço que no futuro com o Jardim Urbano da antiga zona da Parry & Son, terá de certeza muito mais sucesso e chamará muito mais gente. O projeto imobiliário que para ali se pretende, aquilo é um estudo, é um estudo e como um estudo que é, poderá ser aquele como poderá inclusive ser uma volumetria menos, não ser tão denso.

No entanto, em trinta anos a verdade é que o território continua como está, e eu acho que é importante darmos estes passos para que um dia possamos realmente ter ali uma solução melhor do que aquilo que temos, porque somos todos de acordo, que aquilo que lá está não serve neste momento, até porque Cacilhas está-se a desenvolver, felizmente, o Largo de Cacilhas com a colocação do Farol, com o Clube Náutico, etc., está a ganhar uma nova dinâmica, começamos a ver juventude ali a usufruir daquele espaço único do espelho de água, etc., mas é preciso fazer mais e este fazer mais eu espero que avance realmente. E espero que haja uma consciência deste Executivo ou de um próximo que possa vir depois das eleições, de realmente avançar com aquele território e não termos ali mais uma situação como na Quinta do Almaraz, em que eu costumo dizer, sou autarca desde 2001 em Cacilhas, passaram doze anos e o Almaraz está exatamente na mesma. Ninguém lá entra, ninguém



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

usufrui, e é isso que nós não queremos, porque mais uma vez vamos ter nesta campanha eleitoral promessas do Almaraz, da abertura do Almaraz e eu só espero que como Cacilhense, como Almadense daqui a quatro anos possamos estar aqui numa Assembleia de Freguesia a dizer finalmente temos o Almaraz aberto, finalmente podemos contemplar a Cidade de Lisboa e contemplar as ruínas que lá se encontram e todo aquele espaço.”

6.8.2.5 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quando nós nos debruçamos sobre este ponto da ordem de trabalhos, é possível fazê-lo de várias óticas e também em função dessas óticas depois desenvolver raciocínios em vários sentidos. Eu penso que neste momento não é particularmente útil debruçarmo-nos sobre os aspetos técnicos e propositivos que estão em causa. Penso que antes disso devemos preocupar com o contexto temporal e com os antecedentes um pouco na linha daquilo que foi referido pelo Sr. Deputado Municipal da CDU, que referiu a capacidade de mostrar em cumprir o que promete e na necessidade da continuação de uma equipa que promete e faz. A este propósito eu sigo o texto desta proposta e vejo ponto um, a aprovação do Plano de urbanização Almada Nascente DR, 2ª série, nº 218 de 10.11.2009, é obviamente um marco nesta cidade este que é referido aqui neste ponto. Ora se nós virmos quando é que ocorreu esta discussão e quando é que se deu esta aprovação, exatamente há quatro anos. Exatamente há quatro anos em que momento é que estávamos? Estávamos nas vésperas do processo eleitoral para a autarquia. Portanto, tivemos um fogacho, digamos assim, perdoem-me a expressão que serviu obviamente propósitos eleitorais, que de realidade tinha muito pouco, de exequibilidade tinha a que se viu. E aliás demonstra bem a capacidade, como referiu ali o Sr. Deputado Municipal e portanto nós há quatro anos estivemos embrenhados na discussão de um projeto, de um plano de urbanização que depois se verificou que não tinha



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

exequibilidade, que não tinha financiamento previsto e que o viabilizasse, etc., etc., etc.. E portanto, quando nós agora, quatro anos depois estamos perante uma manobra do mesmo tipo, também devemos demonstrar aqui que aprendemos alguma coisa com o passado. E portanto eu estaria disposto a dar o braço a torcer e a reconhecer que me enganei, se a Sr.^a Presidente conseguir demonstrar aqui qual é que é a previsão que tem de tempo para a concretização deste Plano e qual é a exequibilidade de financiamento que existe. Qual é a exequibilidade que um projeto deste tipo tem num País que neste momento tem uma dificuldade imensa de investimento e que no investimento imobiliário está completamente parado. Nós temos no nosso Concelho centenas e milhares de fogos, que não são comercializados porque não há procura, e então vamos tentar desenvolver mais do mesmo, quando não há viabilidade financeira, quando não há procura, quando o contexto não permite, portanto eu gostava de ser desenganado Sr.^a Presidente, gostava que a Sr.^a Presidente me convencesse do contrário, agora onde é que a Sr.^a Presidente vai buscar os recursos para concretizar este Plano? Qual é a expectativa temporal deste Plano? A Sr.^a Presidente sabe perfeitamente que não tem nenhuma expectativa temporal. Porque não há exequibilidade deste Plano, porque nós estamos a falar de um Plano, nós estamos a falar de um Plano que não vai concretizar-se nos próximos tempos. Aliás, até de acordo com o que disse o Sr. Deputado Municipal do PSD, nós não estamos perante a eminência de um cartão postal. Nós estamos perante a eminência é de um projeto em cartão, que não vai passar disso e a Sr.^a Presidente sabe muito bem, e os Srs. Deputados Municipais da CDU não só sabem muito bem, como também têm experiência disso no passado.”

6.8.2.6 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu começo já por aqui. Sr. Deputado nós estamos a falar de um Plano, não estamos a falar de um projeto e exequibilidade já lá está Sr. Deputado, a não ser que esta Assembleia entendesse pôr em causa o Barracuda, pôr em causa a Fragata D. Fernando II e Glória, pôr em causa a ligação da cidade ao rio. Porque isso já lá está, isso já está executado. O Plano vai formalizar do ponto de vista do direito aquilo que já lá está. Portanto, isto é exequível. A questão da construção de edificações e uma questão do particular. O particular fica com os seus direitos construtivos, porque um Plano define as regras de construção, um Plano não é um projeto para construir edifícios. Agora o que nós e o Município fica e o interesse municipal, é garantir que o Barracuda fica ali e não vai para Lisboa, que a Fragata D. Fernando II e Glória fica ali e não vá para Lisboa, é isso e já lá está, a execução já começou. E porque é que começou e porque é que já lá está? É porque neste Concelho há credibilidade, neste Concelho as instituições têm confiança nesta administração, as instituições quer sejam privadas, quer sejam públicas. A Marinha assinou com a Câmara Municipal acordos para pôr lá a Fragata, para pôr o Barracuda. Primeiro começou por ser a Império, depois foi os edifícios Atlântico e agora é um outro proprietário, assinaram com a Câmara protocolos no quadro de um Plano que estava em desenvolvimento para que nós pudéssemos e com a Marinha, para que nós pudéssemos pôr ali a Fragata e o Barracuda. E portanto é disto que nós falamos Sr. Deputado. Sabe que estratégia não é apenas uma palavra, estratégia é ação. Visão estratégica é ser capaz de ver longe e ser capaz de construir a maneira de lá chegar, e é disso que nós falamos. Eu tive muita pena de o ouvir falar de Almada Nascente Cidade da Água, porque o que eu gostava de o ouvir aqui dizer, Sr. Deputado Leitão, é que o Governo do PSD com o CDS puseram travão às quatro rodas, ao Projeto Arco Ribeirinho Sul, isso é que eu gostava de ouvir aqui. E não dizer que foi, é assim uma coisa, não, não ele é possível, ele é exequível, pergunte ao seu camarada



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Fonseca Ferreira se ele não tem a mesma opinião do que eu, pergunte-lhe. Pergunte-lhe se quando ele saiu de lá não estava já em desenvolvimento um projeto para uma marina de cinquenta amarrações, com uma zona envolvente devidamente estudada, se não estava já em desenvolvimento com a Câmara Municipal num trabalho de grande cooperação, de grande concertação, de grande entusiasmo, um estudo para concessionários alternativos para o túnel do Brejo, pergunte-lhe. E com certeza quando ele lhe dizer não vai duvidar da palavra dele, porque lhe merecerá toda a confiança, é seu camarada. E portanto nós estávamos a trabalhar, e o que aconteceu foi que acabou o Arco Ribeirinho Sul, acaba a Parque Expo, mete-se isto na Baia Tejo e a Baia Tejo, eu não quero criar aqui nenhuma situação com a Baia Tejo, nós estamos a trabalhar e trabalhamos quando a Baia Tejo entende que os autarcas valem a pena e que devem ser considerados, porque muitas vezes acontecem coisas para as quais os autarcas não são nem sequer ouvidos nem achados. Os autarcas, as autarquias, o Poder Local é entidade licenciadora mesmo da Administração Central. E portanto é preciso e eu acredito que um dia hão de perceber isto. O Estado com o património que tem precisa e tem, da parte dos autarcas de Almada, Seixal e Barreiro os braços abertos para levar estes projetos muito longe. Mas tem que contar com eles e tem que perceber que é com eles que tem que ir, que deve fazer marketing territorial e que deve ir aos quatro cantos do mundo a promover este projeto que é valiosíssimo. Almada estava mais avançada fez o Plano de Urbanização de Almada Nascente Cidade da Água, e se calhar se nós não tivéssemos ido ao mundo inteiro com o concurso para este Plano, onde vieram dezanove grandes consórcios, onde quem ganhou este concurso foi um consórcio onde está o Richard Rogers Partnership Prémio Nobel da Arquitetura, se calhar nós não tínhamos o Plano aprovado. Mas temos. E temos porque o grande reconhecimento internacional, a competência, etc., fez também, teve importância. Fez com que os governantes não tratassem isto de uma



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

maneira qualquer. Portanto eu, Srs. Deputados e Sr. Deputado, estava a falar para si, porque naturalmente gosto sempre de dizer aquilo que conheço e dizer com verdade, com frontalidade aquilo que me parece a cada momento que não pode deixar de ser dito.

Almaraz? Almaraz, sim, estratégico, se a Câmara Municipal não tivesse a visão que tem o Almaraz tinha prédios. O achado Fenício com mais de três mil anos Antes de Cristo, tinha prédios lá em cima. Não tem. É património do nosso Município. É naturalmente que é uma peça delicada. Para se fazerem sondagens geológicas, porque é preciso fazer, o Instituto do Património tem que ir lá e dizer onde é que se pode e onde é que não se pode, e não se pode fazer em quase sítio nenhum. Portanto nós estamos perante um património de facto valiosíssimo, e o mais importante é que ele está salvaguardado, mas o Plano de Pormenor para ali tem que ser o resultado de um trabalho muitíssimo exigente e com todas as condicionantes que um achado desta natureza naturalmente exige. Eu da minha parte Sr. Deputado Miguel Salvado, não me custa nada que aquilo continue a demorar muitos anos, porque o mais importante está ganho. É o património da humanidade que foi salvaguardado por este Concelho e que naturalmente há de dar os seus resultados, mas o mais importante conseguiu-se que ali acontecesse. Eu gostava de dizer, não havia Hotel da Costa e não havia o Business Hotel, agora chama-se Lisboa Almada Hotel, não havia, porque aqueles terrenos eram municipais e foi com a estratégia municipal que nós desenvolvemos, que nós conseguimos chegar ao objetivo, mas toda a gente dizia que nunca haveria hotéis em Almada, e há. Foi no dia seguinte? Foi fácil como é noutros sítios? Não foi. Mas isso o dia seguinte levou-nos a desistir? Não. Porque nós não desistimos do que é difícil, porque aquilo que é importante alcançar, nem que seja a vida toda, mas luta-se para alcançar. E portanto estes dois hotéis são hoje uma realidade, não só o da Aldeia dos Capuchos, e há outros felizmente, e estão a aparecer neste momento no nosso Concelho as Guest House e por aí



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

fora. Portanto há um trabalho, o turismo não era possível falar dele se estes trinta anos de que o Sr. fala não tivesse sido trinta anos de aposta, de trabalho, de visão estratégica, porque há trinta e nove anos quando nos deram a categoria de cidade nós não tínhamos esgoto, nós não tínhamos água, Cidade é agora, e Cidade foi construída nestes trinta anos. Para nós hoje estarmos a dizer, temos condição para desenvolver o turismo, temos condição para muitas coisas, até temos um hospital e não tínhamos, tínhamos de cinquenta camas. Até temos uma Divisão da Polícia da Segurança Pública e várias esquadras; até temos quartéis da GNR; até temos uma rede de Centros de Saúde; até temos Escolas; até temos Instituições de Solidariedade; até temos um Metro; até temos uma rede viária que não tínhamos, tínhamos as estradas dos burros, enfim aquelas estradas nacionais e por aí. Isto foi feito em pouco mais de trinta anos Sr. Deputado. O Sr. é novo, eu já sou mais velha, mas eu gostava de lhe dizer isto aqui para que não se esqueça, que para nós chegarmos lá onde queremos temos que trabalhar muito e não devemos desistir nunca. Quando as coisas são difíceis o que é importante é manter os objetivos e a rota.

Agora eu também queria dizer uma coisa, um Plano não fica para a vida inteira, um Plano pode ser revisto. Mas também há aqui um outro aspeto, nós discutimos isto nas reuniões de eleitos, nós fizemos várias reuniões, fizemos discussões públicas, o documento também esteve disponível para consulta, porque não é obviamente em meia dúzia de dias, nem que fosse um mês, não sei, só um especialista em tudo é que conseguiria pela leitura dos papéis todos ter condições para votar, é preciso uma disponibilidade pelo acompanhamento e por isso as metodologias da elaboração dos instrumentos de gestão territoriais, as metodologias são de envolvimento, envolvimento de atores políticos, de atores sociais, de atores culturais, da população e de toda a gente. Porque os Planos devem ser aquilo que não é este, aquele, o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

outro, quer para a sua Cidade, mas deve ser o resultado da participação de todos, e daquilo que cada um nas diferentes etapas do processo também vai carreando para o processo.

A Proposta é o resultado disso tudo. E naturalmente podemos nos rever mais nesta solução, menos na outra, mas o que é importante é que o processo tenha envolvido todos. Isso aconteceu. E portanto eu respeito o gosto, porque é uma questão de gosto, podemos ter coisinhas só pequeninas e ter ali na altura do concurso a proposta que ganhou foi de facto aquela que aparecia com esta solução e foi depois discutida e nunca ninguém colocou em causa, em lado nenhum, foi agora na reta final que houve e legitimamente, em qualquer momento temos naturalmente toda a legitimidade para dizer do nosso lado o que é que gostamos e o que é que não gostamos. Mas também é verdade, isto já foi dito, que da permuta dos terrenos da antiga Parry & Son com os terrenos do Morro de Cacilhas, fica um lote para a Câmara Municipal e esse lote para a Câmara Municipal é o lote da Torre. Portanto a Câmara Municipal fica com o lote da Torre que é o hotel, que é atividades de terciário, etc., e tal como nós conseguimos o Hotel da Costa, tal como nós conseguimos o Hotel de Almada Business, quem sabe se eu ainda cá estou, se nós ainda cá estamos, mas se não se consegue um dia também a par do Almada Nascente Cidade da Água, com toda a sua diversidade de ocupação, de resposta, de investigação e desenvolvimento de turismo, de atividades industriais, de marina, de habitação diversificada, de Museu, do Estuário, do Quarteirão das Artes, do Museu da Indústria Naval que também lá está e também consta do Plano, um Plano para vinte, trinta anos, se andássemos para a frente, mas não devemos desistir disso. Também conseguimos o Metro ao fim de vinte anos. Portanto eu acho que ninguém se deve cansar, a minha mensagem que já vim de longe e o que eu andei para aqui chegar e acho que temos que ir para longe com o que temos para nos dar e onde nós iremos encontrar com muita coisa e com o futuro que desejamos construir.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Portanto, eu considero que estamos aqui perante uma boa proposta, uma proposta que já está em execução, é preciso segurar e não deixar, porque se não houver Plano facilmente sai dali o Barracuda e facilmente sai dali a Fragata D. Fernando II e Glória.”

6.8.3 - Não havendo mais pedidos de uso da palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação da Proposta Nº 96/X-4º, que foi aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, e PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica), dois votos contra (de eleitos do BE) e oito abstenções (de eleitos do PS e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:

Deliberação

Com a celebração do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Almada e a Companhia de Seguros Império (titular da parcela de terreno correspondente aos antigos estaleiros da H. Parry and Son) em 1995, foi lançado um concurso para elaboração do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas mas que foi suspenso ainda em fase de Estudo Prévio devido às indefinições na localização do terminal do Metropolitano Sul do Tejo.

Concluídas as obras do Metro Sul do Tejo, designadamente ao nível da estação e interface, em Cacilhas, foram restabelecidas as condições para ser retomado o processo de planeamento tendo para tanto a Câmara Municipal de Almada aprovado em outubro de 2009, os novos termos de referência do plano.

Nos novos termos de referência foi assim considerado além da conclusão da intervenção do Metro Sul do Tejo, como também o conjunto das alterações nas dinâmicas territoriais e de ordenamento que se foram operando nesta área, sendo de destacar:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 1 - A aprovação do Plano de Urbanização de Almada Nascente (DR 2ª Série nº 218 de 10.11.2009);**
- 2 - O início dos planos de pormenor da Quinta do Almaraz e do Cais do Ginjal, resultantes do Estudo de Enquadramento Estratégico do Almaraz/Ginjal desenvolvido e aprovado pela Câmara em 19.03.2008;**
- 3 - A aprovação do Plano de Valorização Turística do Concelho de Almada a 03.12.2008;**
- 4 - A aprovação da candidatura ao QREN - Parcerias para a Regeneração Urbana - Frentes Ribeirinhas Polis XXI - Revitalização Almada Velha - Ginjal (cultura, lazer, turismo), com propostas também no domínio da museologia e da animação cultural;**
- 5 - A aprovação da estratégia de Reabilitação Urbana Simples da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Cacilhas, em reunião da Assembleia Municipal de 25.02.2011.**

Tendo em consideração que na elaboração do Plano foram efetuados todos os procedimentos em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro e alterado pelo Decreto-Lei nº 2/2011, de 6 de janeiro.

Considerando ainda que:

- 1 - A elaboração do plano foi suportada por um alargado processo de participação pública, com a realização de sessões de apresentação à população e atores institucionais e políticos;**
- 2 - O plano foi submetido a Conferência de Serviços, em junho de 2012, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território;**
- 3 - O plano foi submetido a discussão pública nos termos legais, entre 9 de janeiro e 7 de fevereiro de 2013;**



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4 - Foi realizada a análise técnica e a ponderação de todas as participações recebidas conforme o Relatório de Ponderação;
- 5 - As questões pertinentes resultantes das fases de concertação e de discussão pública foram contempladas na proposta do Plano;
- 6 - Nos termos da legislação em vigor, foi dado cumprimento aos aspetos constantes do parecer emitido pela atual Direção Geral do Território.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos do nº 1, do artigo 79º, do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, e do nº 3, alínea a), do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprova nos precisos termos da deliberação camarária de 05 de junho de 2013 o PLANO DE PORMENOR DA REABILITAÇÃO URBANA E FUNCIONAL DE CACILHAS.

- 7 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 01 de julho.
- 8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pinheiro Pereira e Helena Maria Gomes Oliveira.
- 9- Foi verificada a presença na Reunião da Jornalista, Senhora Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, e de vinte e um Srs. Múncipes.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 10 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H45 do dia 29 de junho de 2013.
- 12 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____